

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

8

2018 SÉRIE 3

Com este número encerra-se o ano de 2017, tendo, mais uma vez, sido feito um esforço extra para publicar um número especial, integralmente dedicado ao III *Workshop* de Pós-graduação em Ciência da Informação, organizado pelo GT de Ciência da Informação da SOPCOM.

A temática deste número é, como habitualmente, multifacetada, abordando questões específicas dos arquivos ou das bibliotecas, mas também outras de âmbito transversal, que interessam a todos os profissionais da informação. Seguindo a tradição, o presente número inclui trabalhos de autores portugueses e brasileiros, confirmando a matriz lusófona que caracteriza *Páginas a&b*.

A abrir, temos um artigo de Ochôa e Barata, sobre o reconhecimento, a reputação e o capital simbólico dos profissionais da informação, no qual se apresentam dez áreas de investigação prioritária para avaliar o reconhecimento profissional na área da Ciência da Informação. Trata-se de um trabalho inovador, que aborda uma temática escassamente tratada na literatura e, por isso mesmo, de muito interesse.

Brito e Vitorino debruçam-se sobre o papel de mediação que o bibliotecário exerce no contexto das bibliotecas universitárias. É igualmente um tema não muito discutido, sobretudo se atendermos ao uso de conceito de “mediação”, um conceito muito usado nas Ciências da Comunicação, mas pouco abordado em Ciência da Informação.

Na mesma linha de abordagem, ou seja, tendo em vista a problemática da comunicação nas bibliotecas, Salcedo e Silva tratam da importância do *marketing*, considerando que “cabe ao profissional da informação proporcionar meios para a promoção do setor e dos serviços oferecidos pela biblioteca”. O trabalho poderá contribuir para estimular a inclusão de práticas de *marketing* em bibliotecas, centros de documentação e unidades de informação em geral, importando técnicas de comunicação empresarial para a promoção das bibliotecas.

A constituição e gestão do acervo nas bibliotecas jurídicas no Brasil, nomeadamente a importância da elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções, é o tema do estudo de Miranda, que incide sobre um aspeto particularmente focado neste tipo de bibliotecas especializadas.

Rodrigues traz-nos um contributo igualmente centrado num tema específico – os documentos fotográficos –, que merece a nossa atenção pelo facto de ser pouco tratado, sobretudo em Portugal. Para além dos aspetos relativos ao tratamento técnico das fotografias, a autora apresenta uma resenha das principais entidades portuguesas que possuem acervos fotográficos.

A fechar o elenco de artigos, apresenta-se, na secção ***a&b em aberto***, um estudo de caso da autoria de Costa, que tem como objeto o Arquivo do Professor Doutor Barbedo de Magalhães, professor emérito da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. O acervo é composto por documentação relacionada com Timor-Leste, que foi produzida e reunida pelo Professor Barbedo de Magalhães entre 1975 e 2007. O estudo dá-nos conta das características deste acervo, bem como do tratamento documental a que o mesmo foi sujeito no âmbito de um projeto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Por último, na secção **Debate e Crítica**, uma resenha da autoria de Ribeiro, sobre uma obra recentemente publicada, com o sugestivo título *Archives in liquid times*, coordenada

por Frans Smit, Arnoud Glaudemans e Rienk Jonker e prefaciada por Erik Ketelaar, a qual se apresenta como um contributo reflexivo sobre os arquivos na era digital.

Desejando que este número de *Páginas a&b* desperte o interesse dos leitores, formulo votos de um novo ano muito feliz e sempre recheado de boas leituras!

Fernanda Ribeiro

RECONHECIMENTO, REPUTAÇÃO E CAPITAL SIMBÓLICO NA PROFISSÃO DE INFORMAÇÃO-DOCUMENTAÇÃO (ID): a investigação necessária

RECOGNITION, REPUTATION AND SYMBOLIC CAPITAL IN INFORMATION
DOCUMENTATION (ID) PROFESSION: the necessary research

Paula Ochôa | Paulo J. S. Barata

Resumo: Tendo por base a ausência de estudos sobre o capital simbólico da profissão de Informação-Documentação, apresentam-se dez áreas de investigação prioritárias: o estudo dos impactos dos prémios, o estabelecimento de uma taxonomia dos prémios, a análise dos processos reputacionais, o estudo da vivência da consagração individual, o estudo do processo de atribuição dos prémios e os seus efeitos nos candidatos, o estudo do capital simbólico através da teoria da sinalização, o estudo da falerística, o estudo da produtividade científica e a sua relação com o ciclo de vida dos investigadores/profissionais, o estudo das modalidades de Ciência-Cidadã premiadas, e o estudo das cerimónias de reconhecimento público enquanto parte integrante do *Field configuring event* (FCE).

Palavras-chave: Capital simbólico; Profissão de Informação-Documentação; Reconhecimento; Reputação

Abstract: Based on the absence of studies on the symbolic capital of the Information-Documentation profession, ten priority research areas are presented: the study of the impacts of the prizes, the establishment of a taxonomy of the awards, the analysis of reputational processes, the study of the process of awarding prizes and their effects on the candidates, the study of symbolic capital through signaling theory, the study of phaleristic, the study of scientific productivity and its relation to the cycle of researchers/practitioners, the study of award-winning Science-Citizen modalities, and the study of public recognition ceremonies as an integral part of the Field Configuring Event (FCE).

Keywords: Symbolic capital; Information-Documentation profession; Recognition; Reputation

Introdução

Estudar as formas de reconhecimento, reputação, prestígio e capital simbólico da Profissão de Informação-Documentação (ID) ganha particular importância numa época em que os profissionais se questionam e refletem sobre qual o seu estatuto e qual o valor das suas competências.

Nos últimos anos têm sido estudados vários aspetos ligados ao desenvolvimento da profissão, das carreiras e percursos identitários (BARATA e OCHÔA 2010; BARATA e OCHÔA 2015; OCHÔA 2012), à autoimagem e crença do seu valor (CARDOSO 2014; PINTO e OCHÔA, 2006), mas regista-se uma lacuna no conhecimento e reflexão em torno do capital simbólico dos profissionais, um conceito de Bourdieu¹ (1984) que o define como

¹ A obra de Pierre Bourdieu pode ser entendida como uma teoria das estruturas sociais a partir de conceitos-chave (**capital cultural** - saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos -, **capital económico** - rendimentos, salários, imóveis -, **capital social** - relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação - e **capital simbólico** - prestígio ou honra), considerando as estruturas determinadas no espaço e no tempo que devem ser conhecidas com o auxílio de métodos

o capital que se constitui e acumula através de uma relação social de conhecimento, tendo por base o reconhecimento, a honra e o prestígio alcançados e, legitimados pelos pares – concorrentes –, limitada ou aumentada pelos contextos históricos em que se desenvolve. Importa ainda perceber como se tem construído esse capital simbólico e o que já sabemos sobre ele.

Os estudos bibliométricos podem ser considerados pilares para a compreensão do capital simbólico do campo profissional e académico de Informação-Documentação (CRONIN e SHAW, 2002), constituindo o estudo dos Congressos BAD² uma importante referência, tanto para análise do simbolismo ao nível do discurso, como para a análise das citações.

Outra evidência a ser investigada incide sobre as formas de reconhecimento, como os prémios, tendo sido recentemente publicado o estudo de Barata e Ochôa (2016) sobre o Prémio Raul Proença, que distingue trabalhos inovadores na área da Informação-Documentação. Urge, no entanto, continuar a investigação sobre o tema e questionar como se tem valorizado a reputação adquirida pelos vencedores e qual o seu valor no mercado de trabalho?

Estas e outras questões não poderão ainda ser respondidas por não existirem dados suficientes, fazendo desta lacuna a principal motivação para a escrita deste artigo focalizado no objetivo de alertar para a urgência e importância do tema. Para a ilustrar propomo-nos elencar as 10 principais áreas de investigação, articulando as principais abordagens teóricas desenvolvidas por diversos autores e suscetíveis de serem aplicadas ao campo da profissão ID.

Linhas de investigação

Tendo por base o levantamento de várias tipologias de reconhecimento existentes na profissão ID (Quadro 1), é possível perspetivar uma primeira sistematização das áreas a investigar, cobrindo desde as várias categorias de prémios (nacionais internacionais, científicos e organizacionais), ao sistema honorífico português (honras: condecorações e medalhas), passando pelas homenagens prestadas a profissionais, até aos prémios criados para bibliotecas.

empíricos, integrando e superando as limitações das teorias através do questionamento conceptual abrangente. No caso do capital simbólico, a reciprocidade das relações estabelece um sistema generativo autocondicionado - *habitus* - num processo permanente de reequilíbrio, regeneração e reprodução. O *habitus* é representado pela maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e modela a forma de agir, tanto individual quanto coletiva. O *habitus* está associado a um campo - um sistema estruturador das relações, resultantes da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam. O campo da profissão ID é, assim, um espaço de relações objetivas entre indivíduos ou instituições, que competem pela dominação, diferenciação e posicionamento.

² Veja-se o artigo de Silvana Roque de Oliveira, Catarina Moreira, José Borbinha e María Ángeles Zulueta García, intitulado *Uma Análise bibliométrica do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1985-2012)*, publicado em: *Cadernos BAD*. 1/2 (2013) 23-38.

Quadro 1 – Tipologias de reconhecimento na profissão de Informação-Documentação

SISTEMA HONORÍFICO NACIONAL	PRÉMIOS NACIONAIS	PRÉMIOS INTERNACIONAIS	PRÉMIOS CIENTÍFICOS	PRÉMIOS DE DESEMPENHO	HOMENAGENS
Ordem do Infante D. Henrique ³	Prémio Raul Proença (BAD) ⁶	Prémio IFLA ⁸	Melhor tese	Prémio de desempenho organizacional	Consagração de carreira/Prémio de carreira
Ordem da Instrução Pública ⁴	Prémio Teresa Calçada (RBE) ⁷	Prémio IASL ⁹	Melhor artigo científico	Prémios de desempenho no âmbito dos SIADAP 2 e 3	Homenagens
Ordem do Mérito ⁵			Melhor comunicação		
			Bolsas		
			Financiamento		

Os prémios – considerados símbolos de excelência no desempenho (ENGLISH, 2002; GATIEN, 2010), valorizados pela sua função de produtores de *status* e enquanto um ritual que influencia a estrutura competitiva e a revalorização e reconfiguração de um campo profissional (ANAND e JONES, 2008) – são igualmente importantes por três razões: pelos incentivos financeiros, pelo reconhecimento *inter pares* e pelos fatores motivacionais ao nível da carreira.

No que diz respeito à investigação internacional há ainda um longo caminho a percorrer (FREY e GALLUS, 2015), embora exista literatura abundante sobre vários Prémios como o

³ A Ordem do Infante D. Henrique destina-se a distinguir quem tenha prestado serviços relevantes a Portugal, no país e no estrangeiro, assim como serviços no que se refere à expansão da cultura portuguesa ou para o conhecimento de Portugal, da sua História e dos seus valores. Recebeu esta ordem: Maria Madalena Arruda de Moura Machado, a 17 de março de 1993.

⁴ A Ordem da Instrução Pública destina-se a galardoar altos serviços prestados à causa da educação e do ensino. Recebeu esta ordem: Maria Teresa do Carmo Soares Calçada, a 9 de junho de 2006.

⁵ A Ordem do Mérito destina-se a galardoar atos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, que revelem abnegação em favor da coletividade. Recebeu esta ordem: Maria José Sabino Moura, a 14 de março de 1994.

⁶ O Prémio Raul Proença, lançado pela Associação de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas em 1998, em parceria com a atual Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, visa estimular a investigação; melhorar as qualificações profissionais; melhorar as técnicas profissionais; melhorar as práticas profissionais; apoiar as bibliotecas e os arquivos; ajudar a definir políticas e recursos; elevar o estatuto dos profissionais. Ver lista de premiados em: BARATA e OCHÔA, 2016.

⁷ O Prémio Teresa Calçada, lançado em 2016 pela Rede das Bibliotecas Escolares (RBE), por ocasião da comemoração dos seus 20 anos, destina-se a distinguir a biblioteca que melhor responder ao desafio lançado anualmente pela RBE no Mês Internacional da Biblioteca Escolar (outubro). Associa-se assim a boas práticas e boas ideias o nome de uma das fundadoras da RBE, sua coordenadora, entre 1996 e 2013, e principal responsável pelo sucesso deste Programa.

⁸ Maria José Moura recebeu o Prémio Internacional do Livro (1998, Amsterdão), por proposta da IFLA.

⁹ Maria José Vitorino recebeu o prémio IASL Librarianship Award (2009).

Nobel, Academy Awards, prémios de literatura, arte, ensino e a nível empresarial e gestor (FREY, 2005). Na sua maioria, estes estudos adotam uma abordagem descritiva e apontam implicações positivas para os intervenientes, registando-se recentemente a escolha de abordagens experimentais para estudar os mecanismos de incentivo em prémios pecuniários e em prémios simbólicos (CHAN *et al.*, 2014). Vários autores referem ser essencial investigar empiricamente a importância da dimensão do *status* dos prémios e do reconhecimento em várias esferas da profissão, apresentando novos contributos teóricos (FREY, 2012; FREY e NECKERMANN, 2013a; GALLUS e FREY, 2016; ZHOU, 2005), uma vez que se regista uma maior atração por parte das organizações públicas e privadas, filantropos e comunicação social, pelo seu potencial para induzir inovação ou um mais forte envolvimento das partes interessadas.

Para Frey e Gallus (2016:82) as questões de investigação abundam: «Do awards merely crown those who are already successful, or do they further raise their recipients' motivation and performance? Can awards have any motivating effect even if they are purely symbolic? What impact do awards have on non-recipients? Do they provide motivation to emulate the behavior deemed exemplary, or do they de-motivate and provoke envy?»

Há, contudo, outras áreas a dar atenção e, no caso português, muito necessárias, dada a ausência de estudos. Entre elas encontram-se:

1. Lista O estudo dos impactos dos prémios (*post award period*), desde os impactos nas pessoas, nas suas carreiras, no seu desempenho, até às organizações em que trabalham e à visibilidade da profissão (HARRISON e JEPSEN, 2015). Uma perspetiva a investigar diz respeito à possibilidade de os prémios poderem também ter impactos negativos (GALLUS e FREY, 2016; KOVACS e SHARKEY, 2014).
2. O estabelecimento de uma taxonomia dos prémios que permita estabelecer a comparação e os contrastes entre os diferentes prémios (HARRISON, 2015) e bem assim contribuir para uma sociologia da avaliação (LAMONT, 2012).
3. A análise dos processos reputacionais (FREY, 2006) e dos seus efeitos multiplicadores no seio da profissão ID e no ambiente envolvente, estudando as modalidades de construção/ampliação *versus* redução da reputação, visibilidade e prestígio cultural (ENGLISH, 2005) dos indivíduos, em conjunto (pares, *stakeholders*) ou isoladamente.
4. O estudo da vivência da consagração individual através de entrevistas aos profissionais ID.
5. O estudo do processo de atribuição dos prémios e os seus efeitos nos candidatos, analisando-se a ambivalência entre o julgamento (e a legitimidade) dos pares e a necessidade de alcançar uma mais ampla visibilidade entre os públicos que desconhecem a profissão (ZAPATA, 2015).
6. O estudo do capital simbólico através da teoria da sinalização (*signalling theory*, *vd.* SPENCE, 1973) nas organizações (FREY e NECKERMANN, 2008), analisando se a procura por sinais de distinção e diferenciação ganha um lugar de destaque na gestão de recursos humanos. Considerados indicadores de qualidade e especialização e sinalizando cada vez mais o que é valorizado

(ENGLISH, 2005; ANAND e WATSON, 2004; FREY e NECKERMANN, 2009; BEST, 2008), em especial quando o ato é público (através de cerimónias ou através da publicitação nos media), os prémios sinalizam uma garantia do desempenho do galardoado, do seu sucesso e da sua reputação (FREY e NECKERMANN, 2009), já que tem sido demonstrado que o seu desempenho e motivação melhoram em resultado do galardão.

7. O estudo da falerística enquadrando as honras, as condecorações e as medalhas recebidas por profissionais ID numa análise comparativa das profissões.
8. O estudo da produtividade científica e a sua relação com o ciclo de vida dos investigadores/profissionais portugueses após a receção de um prémio (GALESON, 2003; CRONIN e MEHO, 2007; CHAN *et al.*, 2014), complementada com o estudo das suas citações para avaliar os efeitos do *status* obtido com o prémio (AZOULAT, STUART e WANG, 2013).
9. O estudo das modalidades de Ciência-Cidadã – em que estejam envolvidos profissionais de Informação Documentação – premiadas ou reputadas como boas práticas de investigação.
10. A investigação deverá ainda incidir no estudo das cerimónias de reconhecimento público enquanto parte integrante do *Field configuring event* (FCE) e da conseqüente produção simbólica. Desde que surgiu o conceito, em 2005 (MEYER, GABA e COLWELL, 2005), tem vindo a ser desenvolvida uma vasta área de investigação em torno de eventos, tais como conferências ou congressos, enquanto mecanismos que marcam a emergência e o desenvolvimento de trajetórias de tecnologias, mercados, indústrias e profissões (LAMPEL e MEYER, 2008), contribuindo para o estudo das dinâmicas sociais no âmbito da gestão organizacional (HARDY e MAGUIRE, 2010) e da sociologia das organizações em torno de posicionamentos (BOURDIEU, 1993). Um campo é definido como tendo início na aglomeração de indivíduos, grupos e organizações que se juntam esporadicamente aumentando os seus contactos e as suas interações colaborativas e competitivas, tendo os eventos um papel determinante nas suas dinâmicas, através dos seus participantes e dos temas em que se concentram. Um desses eventos é o das cerimónias de entrega de prémios, enquanto palcos de estratégias de desenvolvimento de reputação. Os impactos nas instituições incidem nos sistemas relacionais entre as organizações e os indivíduos (GLYNN, 2008), investigando-se a alteração da distribuição do prestígio entre eles e a criação de novas redes interorganizacionais (ANAND e WATSON, 2004; ANAND e JONES, 2008).

Conclusões

O estudo do capital simbólico da profissão ID não deve ser considerado um fenómeno periférico.

Os resultados das investigações propostas permitirão analisar aspetos muitas vezes descurados, tais como a importância da sinalização da reputação nas organizações ou a sua importância para o posicionamento da profissão quando comparada com outras profissões detentoras de mais e melhores formas estratégicas de capital simbólico.

O estudo destas linhas de investigação ajudará ainda a perceber a perceção que outros têm sobre nós e a explicar algumas etapas de maior visibilidade *versus* etapas de maior invisibilidade, tornando mais evidentes as dinâmicas da mudança necessária.

Referências bibliográficas

ANAND, N.; JONES, B. C.

2008 Tournament rituals, category dynamics, and field configuration: the case of the Booker Prize. *Journal of Management Studies*. 45:6 (2008) 1.036-1.060.

ANAND, N.; WATSON, M.

2004 Tournament rituals in the evolution of fields: the case of the Grammy Awards. *Academy of Management Journal*. 47 (2004) 59-80.

AZOULAY, P.; STUART, T.; WANG, Y.

2013 Matthew: effect or fable? *Management Science*. 60:1 (2013) 92-109.

BARATA, P. J. S.; OCHÔA, P.

2016 Prémio Raul Proença: balanço retrospectivo do mérito e do reconhecimento na profissão de Informação-Documentação (I-D). *Cadernos BAD*. 1 (jan.-jun. 2016) 173-186.

BARATA, P. J. S; OCHÔA, P.

2015 Profissionais de Informação-Documentação a caminho da invisibilidade: uma reflexão a partir da análise de cargos de direção intermédia na Administração Central do Estado. *Cadernos BAD*. 1 (jan.-jun. 2015) 7-22.

BEST, J.

2008 Prize proliferation. *Sociological Forum*. 23:1(2008) 1-27.

BOURDIEU, P.

2002 *O Poder simbólico*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P.

1993 *The Field of cultural production*. Cambridge: Polity, 1993.

BOURDIEU, P.

1984 *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

CARDOSO, S.

2014 *Óculos, coque e Shhh! : um olhar sobre a auto-imagem e o estereótipo do bibliotecário em Portugal*. [Em linha]. 2014.

Dissertação de mestrado em Educação e Bibliotecas apresentada à Universidade Portucalense, Porto. Disponível em:

<http://repositorio.uportu.pt/bitstream/11328/722/1/TMEB%2027.pdf>.

CHAN, H. F. [et al.]

2014 Academic honors and performance. *Labour Economics*. [Em linha]. 2014.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.labeco.2014.05.005>.

CRONIN, B.; MEHO, L. I.

2007 Timelines of creativity: a study of intellectual innovators in information science. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. 58:13 (nov. 2007) 1.948-1.959.

CRONIN, B.; SHAW, D.

2002 Banking (on) different forms of symbolic capital. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. 53:14 (dec. 2002) 1.267-1.270.

ENGLISH, J. F.

2005 *The Economy of prestige: prizes, awards, and the circulation of cultural value*. London: Harvard University Press, 2005.

ENGLISH, J. F.

2002 Winning the culture game: prizes, awards, and the rules of art. *New Literary History*. 33:1 (2002) 109.

FREY, B. S.

2012 Prizes and awards, international. In ANHEIER, H. K.; JUERGENSMEYER, M.; MIELANTS, E, ed. – *Encyclopedia of global studies*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012.

FREY, B. S.

2006 Giving and receiving awards. *Perspectives on Psychological Science*. 1:4 (2006) 377-388.

FREY, B. S.

2005 WAS: knight fever: towards an economics of awards. NOW: giving and receiving awards. *SSRN eLibrary*. [Em linha]. 2005.
Disponível em: <http://ssrn.com/paper=717302>.

FREY, B. S.; GALLUS, J.

2016 Awards as non-monetary incentives. *Evidence-based HRM: a Global Forum for Empirical Scholarship*. 4:1 (2016) 81-91.

FREY, B. S.; GALLUS, J.

2015 *Why international organizations give and receive awards*. 2015.
Paper presented at the 8th Annual Conference on the Political Economy of International Organizations, Hertie School of Governance, Berlin.

FREY, B. S.; NECKERMAN, S.

2013a Awards play an important role. In CABRILLO, F.; PUCHADES-NAVARRO, M., ed. - *Constitutional economics and public institutions*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

FREY, B. S.; NECKERMAN, S.

2013b Prizes and awards. In BRUNI, L.; ZAMAGNI, S., ed. – *Handbook on the economics of reciprocity and social enterprise*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

FREY, B. S.; NECKERMAN, S.

2009 *Academics appreciate awards: a new aspect of incentives in research*. [Em linha]. 2009.

Disponível em: http://www.cesifo.de/DocCIDL/cesifo1_wp2531.pdf.

FREY, B. S.; NECKERMAN, S.

2008 Awards: a view from psychological economics. *Journal of Psychology*. 216 (2008) 198-208.

GALESON, D. W.

2003 *The Life cycles of modern artists: theory, measurement and implications*. NBER Working Paper, nº 9.539, mar. 2003.

GALLUS, J.; FREY, B. S.

2016 Awards: a strategic management perspective. *Strategic Management Journal*. 37(2016) 1.699-1.714.

GATIEN, E.

2010 *Prétendre à l'excellence : prix journalistiques et transformations du journalisme*. 2010.

Thèse de Science Politique sous la direction d'Eric Darras et d'Olivier Philippe, Université Toulouse 1.

HARDY, C.; MAGUIRE, S.

2010 Discourse, field-configuring events, and change in organizations and institutional fields: narratives of DDT and the Stockholm convention. *Academy of Management Journal*. 53:6 (2010) 1.365-1.392.

HARRISON, B.

2015 *Winning a career award: the impact of winning an award on career success*. Sidney: Macquarie University, 2015.

HARRISON, B.; JEPSEN, D. M.

2015 The Career impact of winning an external work-related award. *Journal of Vocational Behavior*. 89 (2015) 21-31.

HATCH, E.

1989 Theories of social honor. *American Anthropologist*. 91:2 (1989) 341-353.

A IMAGEM DAS COMPETÊNCIAS...

2006 *A Imagem das competências dos profissionais de informação-documentação: relatório*. Coord. Leonor Gaspar Pinto e Paula Ochôa. Lisboa: INCITE, 2006.

KOVACS, B.; SHARKEY, A. J.

2014 The Paradox of publicity: how awards can negatively affect the evaluation of quality. *Administrative Science Quarterly*. 59:1 (2014) 1-33.

LAMONT, M.

2012 Toward a comparative sociology of valuation and evaluation. *Annual Review of Sociology*. 38:1 (2012) 201-221.

LAMPEL, J.; MEYER, A. D.

2008 Field-configuring events as structuring mechanisms: how conferences, ceremonies, and trade shows constitute new technologies, industries, and markets. *Journal of Management Studies*. 45:6 (2008) 1.025-1.035.

MEYER, A. D.; GABA, V.; COLWELL, K. A.

2005 Organizing far from equilibrium: nonlinear change in organizational fields. *Organization Science*. 16:5 (2005) 456-473.

OCHÔA, P.

2012 *Transições profissionais na sociedade de informação: percursos identitários e ciclos de competências de bibliotecários portugueses: 1973-2010*. [Em linha].2012.

Tese de doutoramento apresentada à Universidad de Alcalá, Espanha. Disponível em:

<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/17109/TESIS%20PAULA%20OCHOA.pdf?sequence=1>.

SPENCE, M.

1973 Job market signaling. *Quarterly Journal of Economics*. 8:3 (1973) 355-374.

ZAPATA, J.

2015 Les Prix de traduction fabriquent-ils une image régulatrice du traducteur? *Convergences francophones*. [Em linha]. 2:1 (2015) 1-17.

Disponível em: <http://mrujs.mtroyal.ca/index.php/cf/index>.

ZHOU, X.

2005 The Institutional logic of occupational prestige ranking: reconceptualization and reanalyses. *American Journal of Sociology*. 111:1 (jul. 2005) 90-140.

Paula Ochôa | poc.paula@gmail.com

Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Paulo J. S. Barata | paulobarata2009@gmail.com

Biblioteca Nacional de Portugal

O BIBLIOTECÁRIO E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

THE LIBRARIAN AND THE MEDIATION OF INFORMATION IN THE UNIVERSITY LIBRARIES CONTEXT

Tânia Regina de Brito | Elizete Vieira Vitorino

Resumo: Aborda a importância da mediação da informação para os profissionais das bibliotecas universitárias. Discute sobre a aproximação entre mediação da informação e competência em informação. Busca na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação, por meio de revisão bibliográfica, aproximações teóricas com essas abordagens, lançando reflexões sobre a importância de uma postura de mediação pós-custodial por parte dos profissionais da informação, em especial o bibliotecário, levando-o a repensar práticas que facilitam o processo de mediação. Os resultados apontam que a temática mediação da informação tem sido cada vez mais estudada e seus aportes teóricos consolidados, concretizando-se num assunto multi e interdisciplinar, levando a crer que, para uma melhor compreensão desta temática tão instigante e ao mesmo tempo tão carente de mais debates, novos cruzamentos de áreas são necessários. O ambiente profissional comparado a outros contextos pode contribuir para o amadurecimento da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Biblioteca universitária; Competência em informação; Mediação da informação; Profissional bibliotecário

Abstract: It is about the importance of information mediation for the university library professional. It discusses about the approach between information mediation and information literacy. It searches in the literature of Library Science and Information Science, through bibliography review, theoretical approach with these methods, creating reflections about the importance of an information professional's post-custodial mediation posture, specially by the librarians, making them rethink practices that facilitate the process of mediation. The results show that the information mediation thematic is being increasingly studied and its theoretical consolidate contributions, concretizing in a multi and interdisciplinary object, make us believe that, for a best comprehension about this so exciting and at the same time so needed thematic, new mixed areas are necessary. The professional ambient compared to others contexts may contribute for Information Science's maturation.

Keywords: University library; Information literacy; Information mediation; Library professionals

1. Introdução

Observa-se que as transformações ocorridas na sociedade são marcadas por uma busca cada vez mais intensa do uso de tecnologias de informação e comunicação, cuja bússola norteadora e ápice condutor é a informação que "... adequadamente assimilada, produz conhecimento e modifica o estoque mental de significados do indivíduo, traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao progresso da sociedade em que ele vive" (BARRETO, 2012:2).

Levando-se em conta que os paradigmas da Ciência da Informação vêm mudando ao longo dos anos, abordamos a mediação da informação no contexto das bibliotecas universitárias. Estas, por serem organizações em crescimento e em constante transformação, devem adequar-se às mudanças da sociedade ao longo de sua história, devendo estar alinhadas a seus propósitos (BARBOZA e BRITO, 2015).

Uma das finalidades de uma biblioteca universitária é servir de subsídio à pesquisa, ao ensino e extensão, devendo preferencialmente estar ligada a um modelo pós-custodial de mediação. Recorremos a Silva (2009) para um melhor entendimento do termo mediação

pós-custodial que vem em oposição à mediação custodial, destinada à guarda e preservação. Nos tempos atuais, a mediação pós-custodial (ou mediação informacional) abarca além do contato físico com o usuário uma intermediação também digital, confirmando a premissa de que sempre haverá a necessidade de um mediador, seja presencial ou não. As funções mediadoras sejam elas em espaço social ou institucional não só não desapareceram como não tendem a esse desaparecimento “... mas podem transformar-se e coexistir com um emergente novo tipo de mediação – deslocalizada ou dispersa (na internet/redes conexas), institucional, colectiva, grupal, pessoal e até anónima, interactiva e colaborativa” (SILVA, 2009:24-25).

Assim, o paradigma custodial não cabe neste processo de aprendizagem que requer um ambiente de proatividade, de dinamismo e aprendizado ao longo da vida, pois assim requer a natureza de toda ciência. Para tanto, o bibliotecário deve estar atento às necessidades dos usuários que vão surgindo e se reconhecer como um mediador entre esses usuários e a informação.

Nesta perspectiva, a mediação pressupõe um processo comunicacional que permite aos agentes deste processo uma relação de diálogo e exercício de crítica, capazes de transformação das realidades dos sujeitos. Estando todos os agentes da ação comunicativa confortavelmente acomodados e agora tomando-se como referência Gomes (2014b), os mesmos “... precisam desenvolver o sentimento de pertença, já que o encontro promissor com a informação é aquele capaz de gerar o terreno propício para o desenvolvimento intelectual e a construção do conhecimento” (p. 50). Por isso, o profissional da informação é o agente responsável por mediar a informação e tem a responsabilidade de facilitar a partida e a chegada desta informação, o caminhar que gera o conhecimento ou que o reconstrói.

Refletir sobre a atuação do profissional da informação, em especial o bibliotecário, faz-se importante pois traz para as discussões, as demandas do perfil exigido em vários aspectos, o que pode levar ao encontro da real significância que este profissional da informação tem com os usuários das bibliotecas universitárias, seja diretamente ou indiretamente ou como requer o entendimento da mediação: explicitamente ou implicitamente.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é identificar a função da mediação da informação nas atividades diárias dos profissionais da informação em bibliotecas universitárias. Para alcançar este objetivo serão selecionados, na literatura especializada, aportes teóricos que apontam a importância e a função da mediação da informação no desempenho das funções dos profissionais bibliotecários em geral, e em especial nas bibliotecas universitárias.

O conteúdo desta pesquisa tem caráter bibliográfico. Por meio da revisão bibliográfica, lança-se um olhar sobre as temáticas: biblioteca universitária no processo de mediação da informação, atuação do profissional da informação, com ênfase no bibliotecário, e relações teóricas encontradas na literatura especializada, entre o fazer bibliotecário e a mediação da informação.

2. Aspectos metodológicos

O presente trabalho adota um caráter qualitativo de pesquisa, que segundo Marconi & Lakatos (2011) tem como preocupação analisar e interpretar aspectos mais profundos da

complexidade do comportamento humano, fornecendo uma análise mais detalhada a respeito da investigação, dos hábitos, das atitudes, tendências de comportamento, dentre outros aspectos. Ou seja, a pesquisa qualitativa em geral fornece uma compreensão melhor e mais detalhada dos significados e características situacionais apresentados pelos sujeitos da pesquisa.

Quanto à natureza, esta pesquisa é básica, pois objetiva trazer contribuições para a pesquisa na área de Ciência da Informação, mais especificamente para ampliação do campo de estudo da mediação da informação, estudando aspectos relacionados a esta temática, contextualizando-a em ambiente de biblioteca universitária, mas sem aplicação prática prevista dos conhecimentos novos a serem gerados.

A fim de alcançar as respostas para a questão inicial proposta neste trabalho, procedeu-se à realização de pesquisa bibliográfica para obtenção do aporte teórico e conceitual exigido pela mesma, buscando-se fontes que promovam o debate de ideias e de conceitos como mediação da informação, competência em informação, biblioteca universitária, profissional bibliotecário, dentre outros. Para tanto, no período de 5 a 10 de janeiro de 2017, realizou-se uma busca nas bases do Portal de Periódicos da CAPES com os termos em português “mediação da informação”, “competência em informação”, “biblioteca universitária” e “profissional bibliotecário” formando *strings* de busca entre eles e os seus correspondentes em inglês e espanhol, como “*information mediation*”, “*information literacy*”, “*university library*”, “*library professionals*”, “*mediación de la información*”, “*alfabetización informacional*”, “*biblioteca universitaria*” e “*profesional bibliotecario*”. Os critérios de inclusão adotados na busca foram: artigo científico, de revisão ou original (estudos de caso, experimentos, pesquisas de opinião), ser da área da Ciência da Informação ou Biblioteconomia, ter sido publicado nos últimos 10 anos, nos idiomas português, espanhol ou inglês.

3. A biblioteca universitária no processo de mediação

A biblioteca universitária precisa estar pronta para acolher as novas necessidades que se apresentam em virtude da velocidade imposta pelas novas tecnologias. Esta necessidade às demandas da sociedade não está presente apenas nos recursos físicos e tecnológicos. Para que isso funcione, o recurso fundamental é o humano, representado pelo bibliotecário, que fará com que a missão da biblioteca universitária se concretize, cumprindo o seu papel mediador na sociedade em constante crescimento e transformação.

Santos Neto (2014) lembrou que a missão da biblioteca universitária, na sua essência, permaneceu a mesma, “...adquirir, tratar, armazenar e mediar os suportes informacionais e a informação...”. Essa missão possibilita que “... o discente, docente e pesquisador possam construir conhecimento, apropriar-se da informação e desenvolver suas pesquisas” (p. 23-24).

Pombo (s. d.) afirmou: “...biblioteca e o museu são dispositivos activos do processo de construção do conhecimento novo. Eles são a “alma” da Escola, a sua porta aberta sobre o mundo” (p. 10). Ampliando este entendimento para a biblioteca universitária, no ambiente acadêmico, esta deve ser um centro investigativo, de aprendizagem, de troca de experiências acadêmicas. Os atores que compõem este cenário são os usuários e o bibliotecário.

Em artigo em que faz reflexões sobre a mediação no âmbito da biblioteca pública, e que neste trabalho transpomos para um ambiente de biblioteca universitária, Martins (2014) afirmou que o conceito de mediação, nem sempre explícito, passa pelas seguintes perspectivas:

- a) “Cognitiva: enfoca a construção de conhecimento a partir da informação e o papel pedagógico das bibliotecas neste processo...” (p. 174). Embora a autora aplique a abordagem às bibliotecas públicas, encaixa-se aqui, igualmente, a biblioteca universitária, visto que poderia ter uma aproximação maior com as discussões referentes ao projeto político pedagógico dos cursos da universidade; não é raro a mesma estar ligada ao corpo pedagógico para o cumprimento de fins burocráticos, devido à aquisição de materiais pelas bibliotecas para os cursos da universidade. É importante, no entanto, que se mantenha uma postura presente junto aos professores, coordenadores para que haja uma interação melhor em prol do processo de mediação.
- b) “Uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação...” (p. 174). Sob esse aspecto contempla não só a compreensão do fornecimento, pela biblioteca universitária, dos recursos tecnológicos, informacionais e comunicacionais como mediadores da relação social, mas também abarca os “modos de uso” dos mesmos, vislumbrado-se assim a relação da mediação.
- c) “Significação e produção de sentidos...” (p. 74). Ambiente de produção de ciência, cabe à biblioteca universitária colaborar para que os sujeitos possam se apropriar do conhecimento científico, assim como propiciar o uso adequado das tecnologias de informação e comunicação, pelos usuários, dos diversos processos do conhecimento, da produção à apropriação da informação.
- d) “Transferencial (...) sendo a ‘mediação da informação’, responsável por promover o acesso aos conteúdos informacionais...” (p. 74). Assim, cada vez mais as bibliotecas universitárias devem dinamizar os seus acervos, para que possa alcançar um dos seus objetivos que é a promoção do acesso à informação e ao conhecimento.

Segundo Brufem e Sorribas (2008) as bibliotecas universitárias “... revelam-se práticas de apoio ao usuário em prol da autonomia e da segurança de busca”(p. 76). Ou como afirmou Santos (2012), “...sua principal função é ser intermediária entre o conhecimento científico e o tecnológico em apoio a seus usuários” (p. 10). Ou, ainda, como afirma Varela (2006), criar significado a partir da informação, o que exige mudanças no modo de pensar e nas crenças e valores dos bibliotecários e propiciar ao sujeito o pensamento crítico. Vislumbram-se nestas reflexões, a importância da mediação para o desenvolvimento da competência em informação que contribuirá para a autonomia do sujeito e para o aprender a aprender.

Nesta linha de pensamento, Belluzzo, Santos, Almeida Junior (2014) afirmaram que assim como a mediação, a competência em informação é uma ação de interferência, e que esta – a competência em informação – “... pode ser implementada e desenvolvida em bibliotecas por meio de programas com o apoio de mediadores – bibliotecários e professores.” (p. 61). Segundo os mesmos autores, “... a mediação da informação é inerente à competência em informação...” (p. 61).

Dudziak (2003) afirmou que a verdadeira mediação educacional acontece quando o aprendiz é convencido pelo bibliotecário de que tem competência para continuar na sua busca pela informação, alcançando autonomia e independência no processo de recuperação da informação. Ou seja, feita a mediação, o sujeito desenvolve competências e habilidades em informação que pode lhe credenciar na luta por seus direitos e exercício da cidadania. Daí a importância dos programas desenvolvidos por bibliotecas, tendo em vista que a situação e o grau de interação humana, no processo do aprendizado mediado podem variar, já que o “...usuário em uma rápida entrevista de referência não vai ser mediado em seu aprendizado da mesma forma que outro usuário que desenvolve um projeto.” (DUDZIAK, 2003:33).

4. Um olhar para a atuação e perfil do bibliotecário

Levando-se em conta o processo de mediação em bibliotecas universitárias, vê-se a necessidade de abordar aspectos relacionados à atuação e ao perfil do profissional da informação, com ênfase no bibliotecário, no intuito de contribuir para uma postura sempre questionadora e inovadora deste profissional, frente às suas atividades nas unidades de informação.

Os profissionais da informação necessitam estar atentos às mudanças da sociedade que transformam as necessidades informacionais dos usuários. Abordando aspectos e traços comuns ao perfil deste profissional, Guinchat & Menou (1994) afirmam que os mesmos devem buscar a formação continuada, mas não deixando-se dominar pela técnica. Julgam a “rotina e passividade” como “inimigos mortais” dos profissionais da informação já que “são muitas vezes dissimuladas por procedimentos rigorosos e coerentes, necessários para cumprir várias tarefas” (GUINCHAT e MENO, 1994:506). Como exemplo, podemos citar o bibliotecário da biblioteca universitária e que lida com normas de catalogação ou classificação. Não levar em conta para quem ele está organizando esta informação ou que esta tarefa é uma mediação implícita de informação, pode torná-lo insensível às necessidades informacionais dos usuários. O perigo é que veja esses procedimentos técnicos como um facilitador para as suas atividades e não para o ator principal do processo que é o usuário.

Vitorino (2009) levou o alcance do olhar ao bibliotecário afirmando que a “formação do profissional da informação incorpora deste modo, técnica, mas também estética (sensibilidade) e dimensões política e ética na sua constituição” (p. 53). O bibliotecário teria assim condições de um melhor entendimento e conscientização das finalidades sociais da informação, tais como analisar a informação acessada por meio de pensamento crítico, tendo capacidade de utilizá-la para gerar conhecimento.

Moreira (2015) apresentou uma pesquisa envolvendo 68 bibliotecários de bibliotecas brasileiras e 47 portuguesas, em 13 universidades de Portugal e 11 no Nordeste do Brasil e quando questionados sobre a importância da educação continuada e literacia informacional no processo de mediação, um ponto em comum nas respostas, é que deve haver a conscientização do bibliotecário em “... investir na educação continuada, como oportunidade de aquisição de novos conhecimentos, que resultarão em maior segurança para exercer seu papel de mediador, lidando com fluidez com seus utilizadores e com as tecnologias que são incorporadas no seu espaço de atuação” (p. 14).

Em 1935, Ortega y Gasset anunciou para os bibliotecários do mundo a sua preocupação com o volume de livros publicados, abordando sobre a evolução desta situação problemática à época. Afirmou Ortega y Gasset (2006) que em “... toda a Europa existe a impressão de que há demasiados livros, ao contrário do que acontecia no Renascimento. O livro deixou de ser desejo e é sentido como um peso!” (p. 34). O autor sugere então que o bibliotecário seja um filtro entre os livros e o homem. Apesar da ideia de controle do livro e da informação, e da polêmica que causou na ocasião, o autor questionava a avalanche de publicações e a dificuldade que as pessoas tinham de ler tanta informação, fazendo uma crítica e afirmando que a leitura limitada de terceiros (que ele chama de “homem comum”), tolhe a capacidade de cada um pensar por si só. Pode-se fazer uma analogia entre a queixa de Ortega y Gasset e a situação em que vive atualmente aquele sujeito que necessita de uma informação. Tem-se uma avalanche de informações produzidas, cabendo aos bibliotecários tirar do usuário esse “peso” e angústia que possa afligi-lo, por não saber por onde começar a nadar, sem afogar-se num mar de informações.

A forma de atuação e o perfil do bibliotecário influencia e pode determinar o sucesso ou não do processo de aquisição do conhecimento pelos mediados, contribuindo assim para a sua formação.

5. Os bibliotecários e a mediação da informação

A realidade do contexto informacional é viva, dinâmica, e diante de tal realidade, o bibliotecário deve ter em mente a importância que o seu papel de mediador exerce na sociedade, sobretudo no meio acadêmico, facilitando o acesso à informação.

Faz parte da missão do bibliotecário refletir sobre as necessidades de informação do usuário, bem como sobre a ação de mediação nas suas atividades diárias que pode facilitar e oportunizar a construção do conhecimento pelos mediados. Gomes (2014b) considera o profissional da informação como um protagonista social e afirma que um dos objetivos implícitos da mediação é o desenvolvimento desse protagonismo, mas que o sucesso da mediação em parte, também depende do nível de conscientização do próprio profissional. Varela (2006) argumenta que ele – o profissional - atua como agente mediador e como aprendiz, construindo um espaço de expressão numa organização que também aprende – a biblioteca – valorizando o diálogo e democratizando o acesso à informação.

Sob esse aspecto, Bortolin & Santos Neto (2014) refletiram sobre a necessidade de descobrir a importância do ato de mediação por parte dos bibliotecários e declaram que esse descobrimento – a ele acrescenta-se e complementa-se com a conscientização da negatividade da passividade do bibliotecário – evita a função de “... mero entregador de itens de informação preocupado em atender as necessidades daqueles que os procuram, sem ter a iniciativa de dar o primeiro passo em direção ao usuário” (p. 39).

Um elemento fundamental no processo de mediação é a comunicação. O bibliotecário deve estar ciente de que ela faz parte da sua missão enquanto profissional mediador. De acordo com Gomes (2014a) a mediação não se realiza : “... quando se negligencia que a comunicação lhe é cara, quando se deixa de considerar que há uma relação em curso entre os sujeitos da partilha e os sujeitos mediadores dessa partilha ...” (p. 156-157). Levando-se em consideração que a biblioteca universitária faz parte da universidade, infere-se que esta é uma das primeiras características presentes no mediador, a fim de que se estabeleça o

diálogo necessário que levará a uma maior compreensão do que busca o usuário. Para tanto, segundo Gomes (2014a), faz-se necessária a compreensão de que a “... interlocução (dialogia-comunicação) situa-se na base do processo de aprendizagem, de construção do conhecimento, da cultura, da cidadania e da identidade social” (p. 161).

Em pesquisa não extensiva, tem-se dificuldade em encontrar conceitos sobre mediação. Encontramos confirmação em Silva (2009) que afirmou que em obras de referência especializada na área, tais como no *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation* (Serge Cacaly) ou no *Diccionario enciclopédico de ciências de la documentación* (José López Yepes), “... o conceito mediação prima pela ausência, o que permite inferir que até hoje não foi sujeito a um exercício de apropriação e ajustamento pelos especialistas em Ciência da Informação (CI)...” (p. 9).

No Brasil, recorre-se a Almeida Junior que desde 2014 vem apresentando um conceito, reformulando o que usara há uma década. No novo conceito, acrescenta às ideias de “interferência”, “apropriação” e “mediação como processo”, concepções de “ambiência de equipamentos informacionais”, “satisfação parcial e momentânea”, e também “conflitos”. Almeida Junior (2015) define mediação:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais - , direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JUNIOR, 2015:25).

Almeida Junior (2015) não crê em um fazer profissional sem interferência, pois acredita ser uma linha muito tênue a que separa interferência de manipulação. O profissional bibliotecário vale-se não só das técnicas específicas da sua área, mas como ser humano, acaba levando as suas experiências e vivências para o atendimento a este usuário. A apropriação não restringe-se ao acesso físico do material, mas vai além: à compreensão do conteúdo, ampliando assim os significados que o usuário tem sobre determinada informação ou assunto. Essa interferência ou essa apropriação não acontece em momento exato, faz parte de um conjunto de ações, que envolvem vários atores: os usuários, os profissionais da informação (aqui na figura do bibliotecário), inclusive o produtor desta informação; bem como todos os aparatos físicos e tecnológicos, emocionais envolvidos no processo. A ambiência de equipamentos informacionais, o autor usa para traduzir a intenção de ir além de espaços limitados, físicos da biblioteca. Como afirma Almeida Junior (2015), “...o objeto da área, mais do que os suportes, é a informação” (p. 26). Quanto à satisfação parcial e momentânea, a mesma está diretamente ligada aos conflitos, posto que ao ter-se uma satisfação informacional atendida, logo outras necessidades serão geradas, outras dúvidas e incertezas geradas. E isso constitui-se em angústia não só para o indivíduo quanto para o profissional da informação. Mas, qual a abordagem mais adequada do profissional bibliotecário aos seus usuários nas bibliotecas universitárias de forma a colaborar com a mediação? Encontram-se na literatura, algumas opiniões acerca desta temática, em que exporemos duas delas. Brasileiro & Freire (2013) afirmaram ser os estudos de necessidades e usos os mais relevantes “... para o referido processo, pois mantêm o foco nas atitudes dos usuários ainda na busca, corroborando assim com a seleção do tipo de mediação a ser desenvolvida” (p. 10). Conhecer o usuário ou tipos de usuários advindos das mais diferentes áreas, pode estimular a compreensão mútua entre o bibliotecário e o

usuário. Facilita-se o entendimento de certas manifestações, que podem vir ser reveladas a partir dos estudos de usuários de informação da biblioteca universitária.

Mesmo entendimento teve Ribeiro (2010) quando afirmou que “de todos esses tipos de estudos, os que mais diretamente interessam, na perspectiva da mediação, são os estudos de necessidades e usos ...” (p. 31), porque estão ligados ao comportamento de pesquisa do utilizador. Os estudos de satisfação ou os estudos de impacto ou benefício implicam em outras esferas que não apenas a do utilizador.

A partir do momento em que o bibliotecário reconhece-se como um mediador, entende que pode fazer da mediação uma aliada para o desenvolvimento e desempenho das suas atividades profissionais dentro das bibliotecas universitárias, contribuindo para que os seus usuários tornem-se responsivos quanto ao uso das informações, em linhas gerais: saber acessar e usar a informação de forma ética e inteligente. De acordo com Moreira (2015) a mediação do bibliotecário precede a literacia informacional “[...] com estratégias de comunicação que irão possibilitar a aquisição de competências necessárias ao uso otimizado dos serviços e recursos da biblioteca”.

6. Resultados e considerações finais

Considerando a importância da biblioteca universitária para a universidade, na construção do conhecimento científico, constata-se no papel do profissional da informação, no caso específico, o bibliotecário, a missão de reger os atores e aspectos envolvidos no processo de mediação da informação produzida e por meio desse espaço físico, “consumida”.

Pode-se dizer que a missão da biblioteca universitária não tenha mudado em sua essência, mas se ampliado, em razão das novas demandas advindas com as cada vez mais novas e avançadas tecnologias. Obviamente, o sentido custodial já não se sustenta por si só e mais do que o livro a ser encontrado e emprestado, o escopo é a informação, seja ela onde estiver, fisicamente ou virtualmente. Mais do que fornecer o suporte, é saber se ele contém aquilo que satisfará a necessidade ou necessidades dos usuários, ao menos momentânea, já que os estoques mentais em contato com novas informações, hão-de transformar os conhecimentos disponíveis e até então dominados pelos usuários.

O entendimento da importância do papel do bibliotecário enquanto mediador também é de suma relevância para que o processo de mediação possa ser estabelecido. Um profissional que tem em mente essa certeza da importância da mediação - e da relação desta com a competência em informação - e dele mesmo enquanto agente imprescindível na mediação da informação, planejará e colocará em prática maneiras diversas para conhecer melhor o seu usuário, aplicando-se aí os estudos de necessidades e usos da informação. Ou mesmo de outras técnicas de pesquisa que possam revelar informações cruciais para, por exemplo, aquele profissional que lida com a mediação implícita da informação, como em uma divisão de processamento técnico.

De tudo o que foi exposto, procura-se refletir: será que os profissionais bibliotecários, nas bibliotecas universitárias se reconhecem como mediadores da informação? Reconhecem em suas atividades diárias, mesmo as não diretamente relacionadas com os usuários, uma ação de mediação? Têm estes mesmos profissionais ciência de que o processo de mediação encontra-se presente não somente nas relações diretas com os usuários? Estes mesmos

profissionais refletem sobre a importância que isso tem para a informação e o conhecimento científico que são gerados na universidade?

São questionamentos que, em parte, se deseja sejam respondidos em alguns recortes de universos. A mediação da informação vem cada vez mais sendo estudada e seus aportes teóricos consolidados, concretizando-se num assunto multi e interdisciplinar, circulando por áreas como a Comunicação, a Filosofia, a Psicologia, dentre outras, levando a crer que, para uma melhor compreensão desta temática tão instigante e ao mesmo tempo tão carente de mais debates, novos cruzamentos de áreas são necessários. Talvez levar esses questionamentos para o ambiente profissional e depois compará-los e analisá-los com outros contextos possa render “bons frutos” em prol do amadurecimento da área da Ciência da Informação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, O. F.

2015 Mediação da informação: um conceito atualizado. In BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. – *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: Abecin, 2015.

BARBOZA, E. L.; BRITO, T. R.

2015 Discutiendo los desafíos de la biblioteca universitaria brasileña frente a las nuevas herramientas tecnológicas: una mirada a partir de la UFMS. *Revista EDICIC*. [Em linha]. 7 (nov. 2015) 1-12. [Consult. 20 fev. 2017].
Disponível em: http://edicic2015.org.es/ucmdocs/actas/art/380Lopes_Discutiendo_los_desafios.pdf.

BARRETO, A.

2012 *A Questão da informação*. [Em linha] 2010. [Consult. 18 fev. 2017].
Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/a-questao-da-informac3a7c3a30.pdf>. Artigo revisto na forma do original publicado em 1994.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JUNIOR, O. F.

2014 A Competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. *Informação & Informação*. [Em linha]. 19:2 (2014) 60-77. [Consult. 28 jun. 2017].
Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995>.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.

2015 Mediação oral da informação: a visibilidade dos mediadores da ciência da informação. In BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. – *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: Abecin, 2015.

BRASILEIRO, F. S.; FREIRE, G. H. A.

2013 O Processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação. *Anales de Documentación*. [Em linha]. 16:1 (2013) 2-18. [Consult. 3 fev. 2017].
Disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/163711/146501>.

BRUFEM, L. S.; SORRIBAS, T. V.

2008 Mediação e convergências em bibliotecas acadêmicas: saberes e práticas culturais. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 13:25 (2008) 68-83. [Consult. 2 fev. 2017].
Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2008v13n25p68/884>.

DUDZIAK, E. A.

2003 Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:1 (2003) 23-35. [Consult. 28 jun. 2017].
Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652003000100003>.

GOMES, H. F.

2014a A Biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 19:nº especial (2014) 151-163. [Consult. 3 fev. 2017].
Disponível em:
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2264/1491>.

GOMES, H. F.

2014b A Dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. *Informação & Informação*. [Em linha]. 19:2 (2014) 46-59. [Consult. 3 fev. 2017].
Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090>.

GUINCHAT, C.; MENO, M.

1994 *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2ª ed. corr. e aum. Brasília: IBICT; FBB, 1994.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.

2011 *Metodologia científica*. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, A. A. L.

2014 Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 19: nº especial (2014) 164-185. [Consult. 28 jun. 2017].
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000500013&script=sci_abstract&lng=pt.

MOREIRA, L.

2015 Atuação de bibliotecários em bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas: espaço de mediação custodial ou pós-custodial? In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16º, João Pessoa, 2015 – *Anais*. 2015, p. 1-18. [Consult. 29 jun. 2017].
Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3057/1052>.

ORTEGA Y GASSET, J.

2006 *Missão do bibliotecário*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

POMBO, O.

[20--] *Biblioteca: a "alma" da escola*. [Em linha]. Lisboa: CFCUL, [20--]. Consult. 2 fev. 2017].
Disponível em:
<http://cfcul.fc.ul.pt/biblioteca/online/pdf/olgapombo/biblioteca.pdf>.

RIBEIRO, F.

2010 O Papel mediador da Ciência da Informação na construção da sociedade em rede. [Em linha]. *Informação & Sociedade: estudos*. (jan.-abr. 2010) 63-70. [Consult. 20 fev. 2017].

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/26612>.

SANTOS, M. B.

2012 Biblioteca universitária: acesso à informação e conhecimento. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17^o, Gramado, 2012 – *Anais*. [Em linha]. 2012, p. 1-12. [Consult. 2 fev. 2017].

Disponível em: <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QHV.pdf>.

SANTOS NETO, J. A.

2014 Mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, UEL. 2014.

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil.

SILVA, A. M.

2009 Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *Prisma.com: revista de ciências e tecnologias de informação e comunicação*. [Em linha]. 9 (2009) 1-37. [Consult. 15 fev. 2017].

Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/issue/view/162>.

VARELA, A. V.

2006 A Explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In MIRANDA, A.; SIMEÃO, E., org. – *Alfabetização digital e acesso ao conhecimento*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006.

VITORINO, E. V.

2009 Princípios epistemológicos à competência informacional do profissional da informação. In CONGRESO ISKO-ESPAÑA, 9^o, Valência, 2009 - *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento : actas del congreso*. [Em linha]. Valencia: Universitat Politècnica, 2009, p. 48-69. [Consult. 29 jun. 2017].

Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/57-72_Vieira-Vitorino.pdf

Tânia Regina de Brito | taniacgms@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Elizete Vieira Vitorino | elizete.vitorino@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Resumo: A mudança decorrente do avanço da tecnologia fez surgir à denominada “era da web 2.0”, onde os hipertextos encontram-se geralmente presentes nos documentos da internet. Por sua vez, as redes sociais ganharam espaço permitindo que informações transitem a todo instante. Partindo desses pressupostos, e por meio de uma revisão bibliográfica, tanto a utilização do hipertexto como colaborador do fluxo da informação em meio às redes sociais, quanto o estudo do *marketing* bibliotecário na Comunicação Empresarial, atividade estratégica em que o profissional da informação utiliza as novas tecnologias no sentido de aplicá-las enquanto divulgadoras da biblioteca, de seus produtos e serviços, são os dois aspectos abordados neste trabalho.

Palavras-chave: Comunicação Empresarial; Fluxo da informação; *Marketing* bibliotecário; Web 2.0

Abstract: The resulting change in the advancement of technology raised what some may call the "web 2.0 age", where hypertexts are usually present in the documents of the Internet. In turn, social networks gained ground enabling information flow at any given moment. Based on these assumptions, and by means of a literature review, both the use of hypertext as a contributor of information flow among the social networks, as the study librarian marketing in the business communication, strategic activity in which the information worker uses new technologies in order to apply them as propagators of the library, its products and services, are the two aspects approached in this research.

Keywords: Business Communication; Information flow; Librarianship marketing; Web 2.0

1. Introdução

Visto a carência de documentos que abordem sobre o tema de *marketing* bibliotecário, onde cabe ao profissional da informação proporcionar meios para a promoção do setor e dos serviços oferecidos pela biblioteca como também da importância de incluir aspectos do *marketing* na área de Biblioteconomia. Este trabalho poderá contribuir na disseminação e inclusão destas práticas em bibliotecas, centros de documentação e unidades de informação em geral, que são passíveis de modificações e de outras contribuições.

O bibliotecário tem por missão, fomentar a leitura e se preocupar com o bem-estar dos leitores como afirma Fonseca (1992) ao dizer que Ortega y Gasset objetivou que a biblioteca proporciona “a comunicação entre os homens” e que o bibliotecário é o filtro que está entre os livros e o homem.

Por meio do modelo social do ciclo da informação, Le Coadic (2004) mostra que a ‘construção’, a ‘comunicação’ e o ‘uso’ da informação são processos que permitem retroalimentar conteúdos informacionais, e que, através do uso, pode-se transmitir a mensagem que se quer comunicar, podendo desta forma inferir que o uso do *marketing* bibliotecário prospera a visão do profissional de informação e do setor biblioteca, seus serviços, fazendo uso da informática e atualmente das redes sociais em evidência.

Uma breve revisão bibliográfica sobre estes assuntos permitirá que sejam elaborados possíveis modelos de Comunicação Empresarial complementando abordagem sobre este, com uso do *marketing* em bibliotecas e centros de documentação, adequando-se assim o *marketing* bibliotecário.

2. Ciência da informação

A informação bruta, crua e que muitas vezes não é absorvida com eficácia por muitos, precisa ser lapidada e organizada. Célebre função do profissional da informação, que além de obter toda a técnica, precisa procurar conduzir a informação por um caminho para que ela tenha seu devido uso pelo usuário final.

A grande área da Ciência da Informação abrange campos distintos e ao mesmo tempo semelhantes entre si, como a Biblioteconomia considerada por alguns autores como a grande gênese de tudo, e as mais recentes Museologia, Arquivologia e Gestão da Informação. Como uma ciência social, e de caráter interdisciplinar (multidisciplinar), a Ciência da Informação surgiu e expandiu-se no período pós-guerra, como explica Le Coadic (2004), ao dizer que ocorreram acontecimentos de cunho mundial como a criação da bomba atômica, inovações em medicamentos dentre outros. Saquel *apud* Pimentel (2000:50) define Ciência da Informação como:

Una ciência multidisciplinaria, que estudia la transmisión del conocimiento, su naturaleza y propiedades, los soportes en los cuales se contienen estos conocimientos y las técnicas aptas para su procesamiento, almacenamiento, recuperación y difusión¹.

Em relação à multidisciplinaridade, Pimentel (2000:59) salienta que Taylor conseguiu delimitar melhor o conceito de Ciência da Informação explicitando a mesma ser interdisciplinar quando diz que ela é uma

Ciência que investiga las propiedades y el comportamiento de la información, las fuerzas que gobiernan su flujo y los medios para procesarla para su acceso y uso óptimo. (...) El campo se deriva o se relaciona con matemática, lingüística, psicología, tecnología de la computación, investigación de operaciones, artes gráficas, comunicación, bibliotecología, administración y algunos otros campos².

Tal ciência caracteriza-se por três grandes propriedades que a define magnificamente, sendo: a “construção da informação”, a “comunicação da informação” e o “uso da informação”, expressões já utilizadas por Le Coadic (2004). Comunidades informacionais foram tomando seu espaço e promovendo mudanças nas necessidades dos indivíduos, e tais mudanças influenciaram na busca por informações precisas e confiáveis. Social, por visar suprir a necessidade do ser que busca acesso, compreensão e obtenção de algo.

¹ Tradução nossa: Uma ciência multidisciplinar, que estuda a transmissão do conhecimento sua natureza e propriedades, nas quais se contém estes conhecimentos e as técnicas aptas para seu processamento, armazenamento, recuperação e difusão.

² Tradução nossa: Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo e processamento de meios para dar acesso rápido e uma utilização otimizada. (...) O campo é derivado ou relacionado com a matemática, lingüística, psicologia, informática, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteca, administração e alguns outros campos.

Interdisciplinar, por requerer o auxílio e complementação de conteúdos de outras áreas, tais como a informática, a psicologia, a linguística, etc.

Isto se confirma quando Le Coadic (2004) corrobora dizendo que “a informação é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento”. O conhecimento produzido é alguma produção, seja pesquisa, invenção tecnológica ou algum tipo de produção científica, que venha somar a outros conhecimentos já estudados.

2.1. A informação e o fluxo de informação

A informação e o conhecimento se diferem quando partimos do pressuposto de que a informação cabe quanto ao nível de recepção que vêm de outro conhecimento já discutido e que estava em seu domínio. O conhecimento é basicamente a informação que será gerada a partir da informação recebida, ou seja, é uma transformação da informação, deixando este por sua vez sentenciar se a informação recebida lhe agregou algum valor, portanto, se causou algum conhecimento.

Tomaél (2005), afirma que segundo os autores McGarry (1999), Davenport e Prusak, (1998) os quais reconhecem a dificuldade em conceituar informação e conhecimento, destacando que a epistemologia concentra esforços na tentativa de estabelecer o significado de informar e conhecer.

Conforme Salcedo (2006:104),

a informação é uma entidade elementar e imprescindível, independentemente do ponto de vista que seja abordada. Na literatura disponível ainda não foi elaborado um conceito universal da informação que abranja satisfatoriamente todas as ciências. Cada campo do saber relaciona sua(s) linha(s) de investigação à informação numa perspectiva ideológico-discursiva, buscando adequar seu uso às causas pertinentes da área.

As informações nas redes sociais passeiam pelo ciclo social da informação já conhecido na área de Ciência da Informação.

Informação é sempre um fluxo e para o sujeito ela funciona como troca com o mundo exterior, o que lhe confere seu caráter social. Assimilada, interiorizada e processada por um sujeito específico, ela é a base para sua integração no mundo, propiciando ajustes contínuos entre o mundo interior e o mundo exterior (TÁLAMO, 2004:1).

O fluxo de informação é o grande responsável para que a informação corra nas “veias digitais” e impressas, e possa assim manter um fluxo constante, que vai do emissor ao receptor e vice-versa. Barreto (2001) exprime que o fluxo da informação permeia dois critérios: o da tecnologia da informação e o da Ciência da Informação, e ainda diz que enquanto o primeiro almeja possibilitar o maior e melhor acesso a informação disponível, o segundo pretende qualificar este acesso em termos da assimilação da informação. Ora, esta diferenciação cabe perfeitamente para explicar o ensino e o uso da informação nas distintas áreas com seus respectivos posicionamentos.

Le Coadic (2004) aplica o fluxo da informação referente à explosão da informação e a implosão do tempo, quando a junção destes dois implica elevados fluxos de informação em

relação a significativas quantidades de informações produzidas em um espaço de tempo. Dessa forma, explica-se a busca incessante pelo conhecimento, quando diz que o mercado da informação consegue “compreender o interesse crescente pelo ‘conhecimento conforme a demanda’ (just in time knowledge)”. Alves (2009:96) comenta que “a atual overdose de informação tem resultado em enorme dificuldade de transformar dados em informação e informação em conhecimento”.

É através da comunicação que se pode observar a construção e o uso de informações, representando e utilizando o modelo social do ciclo da informação, demonstrado por Le Coadic através da idéia do modelo clássico do esquema econômico, onde temos respectivamente: produção – distribuição - consumo, aplica-se na ciência da informação os processos de: construção – comunicação – e uso da informação.

3. A comunicação e a informação na web

Foi Tim Berners-Lee quem idealizou a atual web, quando criou o HTTP, permitindo a utilização efetiva do hipertexto, adicionando ideias, informações e gerando conhecimento nas diversas partes do mundo. Abrangente, a web alcança atualmente toda a população mundial, e permite que, de locais extremos, indivíduos possam transmitir e receber notícias ficando “anteados” com o outro lado do planeta. Segundo Vidotti (2001:44) *apud* Oliveira (2005):

podemos pensar na internet como uma grande biblioteca, ou como um ambiente hipermídia coletivo, no qual usuários são agentes ativos do processo de armazenamento, indexação, recuperação e disseminação de documentos eletrônicos hipertextuais, um ambiente auto-organizado em permanente mutação.

Guimarães (2005) relembra que há alguns anos algum indivíduo só era capaz de inserir alguma informação na internet se soubesse realizar programações em HTML – *Hypertext Markup Language*, porém, o surgimento dos blogs³ possibilitou a acessibilidade de postagens de textos sem maiores problemas, e isto foi evoluindo para os *photoblogs*, *audioblogs*, *videoblogs*, que atualmente estão agrupados em um único hospedeiro permitindo a inserção concomitantemente de todos estes recursos.

Lévy (1996:46), já dizia que “a informática contemporânea – software hardware – desconstrói o computador para dar lugar a um espaço de comunicação navegável e transparente centrado nos fluxos de informação”. Contudo, a internet é uma das maiores fontes de informação consultada nos dias atuais, apesar da comunicação em rede ter surgido há um pouco mais de 30 anos atrás, a internet comercial está democratizando o acesso e muito do que se tem hoje em termos de acessibilidade.

4. Ciberespaço, web 2.0 e hipertexto

Ciberespaço é um termo ao qual fomos obrigados a reconhecer que existisse, e, mesmo que não fosse dada a devida atenção, ele iria continuar ali existindo. Cunhado por William Gibson em 1984, o ciberespaço é uma estrutura virtual transnacional de comunicação

³ Diários eletrônicos que permitem a inserção de ideias e opiniões dos usuários, geralmente organizados por data e horário de postagem.

interativa, onde Oliveira (2005) complementa quando diz que o ciberespaço tem “comunicação de dupla via em tempo real, multimídia ou não, que permite a realização de trocas (personalizadas) com alteridades virtuais (humanos ou agentes inteligentes)”. Exprimindo outro pensamento, fazendo a imaginação da comunicação e da filosofia através de Heráclito, cita-se o fluxo do devir.

Sendo uma “evolução” da web, ou talvez um sinônimo, o ciberespaço caminha lado a lado com o hipertexto, onde os mesmos se retroalimentam e se auto-organizam mutuamente e continuamente. Este termo vincula-se à nova maneira de como “navegar” na internet foi sendo modificado. As palavras “dinamismo” e “interatividade” não foram às mesmas após esse *boom* inovador. De acordo com Alves (2009:97) “os internautas ganharam o poder de criar e modificar conteúdo na web, produzindo novos ambientes hipertextuais”.

Nesse sentido o que afirma Salcedo (2013:215) é convincente:

Atualmente, além das plataformas de comunicação tradicionais, como a rádio e a TV, é possível identificar um variado elenco de tecnologias midiáticas que proliferam numa velocidade sem precedentes. Muitas são as novas plataformas digitais de comunicação e informação que possibilitam conectabilidade e interatividade, além de permitirem a exploração de desconhecidos processos de inovação, criatividade e experiência.

Radfaher (2007) já fazia críticas à nova palavra que surgia, chamando-a de uma *buzzword*⁴ e afirmando que na sua essência, distinguir as webs era muito arbitrário, visto as demandas já existentes de informação e de características que fizeram a evolução do conhecimento, fazendo também surgir este ambiente com grandes recursos.

Web 2.0 is a buzzword introduced in 2003/2004 which is commonly used to encompass various novel phenomena on the world wide web. Although largely a marketing term, some the key attributes associated with web 2.0 include the growth of social networks, bi-directional communication, various “glue” technologies, and significant diversity in content types⁵ (CORMODE, 2008:1).

A web 2.0 passou a ser chamada de “a web colaborativa”, onde o compartilhamento de informações é o produto. É um círculo colaborativo. Assim, Radfaher (2007) ainda diz que viver no mundo 1.0 é mais fácil perante todo este aspecto citado aqui acima. Cormode (2008:1), explica com proeza o novo termo no momento em que diz que a “web 2.0 captures a combination of innovations on the web in recent years. A precise definition is elusive and many sites are hard to categorize with the binary label “web 1.0” or “web 2.0”⁶. Este novo conceito de web está praticamente voltado para o ser humano, fazendo com que a tecnologia fique em segundo plano, uma vez que o homem domina praticamente o seu conteúdo.

⁴ Palavra designada a toda palavra que surge em meio ao caos alucinante que domina a sociedade em criar uma nova expressão modista.

⁵ Tradução nossa: Web 2.0 é um chavão introduzido em 2003/2004 que é comumente usado para abranger novos fenômenos diversos sobre a world wide web. Embora em grande parte e em termos de *marketing*, alguns atributos associados a web 2.0 incluem o crescimento das redes sociais, a diversidade, a comunicação bidirecional, vários “grudes” tecnológicos e significados nos tipos de conteúdo.

⁶ Tradução nossa: a web 2.0 capta uma combinação de inovações na web nos últimos anos. A definição precisa é indescritível e muitos *sites* são difíceis de categorizar com o rótulo de binário “web 1.0” ou “web 2.0”.

Lemos (1996) lembra que todo texto escrito é um hipertexto e é citado por Grillo (2006:23) quando diz que “o leitor se engaja num processo também hipermediático, pois a leitura é feita de interlocuções à memória do leitor, às referências do texto, aos índices e ao índice que remetem o leitor para fora da linearidade do texto”.

Silva (2003:43) vem ressaltar que “o livro deixou de ser uma obra de um único autor e passou a incorporar as relações de conhecimentos entre os autores”. Com base nas seguintes definições, se pode observar de diferentes formas explicitadas a função e o que se resume o hipertexto.

Hipertexto é uma narrativa de múltiplas possibilidades, por meio das quais os próprios leitores constroem a sua história com base em informações referenciais. Os leitores utilizam o hipertexto para traçar os caminhos e o desenvolvimento das ações. Acrescentando, agregando, modificando o texto original e tornando-o um novo texto. (LEÃO, 1999:p.27).

5. O marketing bibliotecário como serviço de referência

A informação advém por suportes diversos e o profissional da informação precisa estar apto para ter habilidades de manuseio com as novas tecnologias, tendo condições de conduzir bem a informação, fazendo-a chegar até o usuário que por sua vez, produzirá conhecimentos e mais informações.

Como um segmento da gestão, o *marketing* é voltado para a total satisfação dos usuários vindo a constituir suas necessidades. Procurar atendê-las e visualizar através de ferramentas e/ou análise o que pode vir a ser desejo, é imprescindível para o serviço do *marketing* em sua particularidade.

De acordo com Kotler (1996), o *marketing* visa identificar necessidades e desejos dos clientes, determinando assim o mercado e o produto alvo, bem como serviços e programas adequados para suprir tal necessidade. Oliveira (1985:138), destaca que “em *marketing* de biblioteca, a mudança esperada pode ser o aumento de frequência e uso por parte dos mercados alvos selecionados”. Ou seja, em Biblioteconomia, O Serviço de Referência, também denominado pela sigla SR, além de buscar auxiliar o usuário na sua busca informacional, divulga os serviços que o setor de informação pode proporcionar para complementar o atendimento ao cliente.

Grogan (1995:2) afirma que o serviço de referência é “a assistência pessoal prestada pelo bibliotecário aos leitores em busca de informações” e ainda complementa que “é uma arte e a única maneira de apreendê-la é exercendo-a”. O SR pode ser tanto presencial quanto virtual.

A revolução documental fez surgir novos tipos de documentos, e a biblioteca tradicional passou a adotar equipamentos tecnológicos, desenvolvendo assim uma maior quantidade de informação e implantando novos serviços conceituais.

O termo serviço de referência realizado com a ajuda destas novas ferramentas vem sendo chamado de Serviço de Referência Virtual (SRV), e, segundo Bottari e Silva (2007:2) utiliza recursos eletrônicos em seu processo de comunicação com o usuário, para assisti-lo em suas pesquisas e necessidades.

Do *marketing* bibliotecário pouco ainda se tem escrito e falado dele, porém, é um assunto no qual se dá geralmente por meio do serviço de referência, que por sua vez está diretamente ligado ao usuário, ouvindo suas necessidades e conectado entre o mundo virtual e impresso das novidades informacionais. Oliveira (1985:138) ainda ressalta que “qualquer biblioteca que tenta influenciar o comportamento do público já está envolvida em *marketing*”.

O conhecimento do Bibliotecário será o divisor de águas quanto à qualidade do desenvolvimento das práticas de *marketing* aplicadas no centro de informação, ou biblioteca. As novas tecnologias auxiliam o profissional da informação a por em prática por meio digital, o acesso dos usuários com a informação requerida. Tablets, DVD's, CD's, plataformas digitais e outros recursos informacionais são aliados na disseminação da informação de maneira diferente da impressa e habitual. Desta forma, vista como um *negócio* a unidade de informação precisa ser uma organização flexível, para ajustar todas as influências do macroambiente: econômicas, políticas, legais, sociais, culturais, demográficas, ecológicas e tecnológicas (AMARAL, 1998:75).

Diversas bibliotecas já adotam a prática do *marketing* de biblioteca inserida no âmbito do serviço de referência, onde o bibliotecário do setor cuida do perfil criado em rede social voltado unicamente para a biblioteca, com o propósito de divulgação e aproximação dos leitores.

6. A comunicação empresarial

A Administração em suas diversas vertentes busca aprimorar qualidade dando ênfase a profissionais que cada vez mais se especializam em determinado assunto para que, assim, possam estar diretamente relacionados com o público específico e perfil de empresas e indivíduos.

A Comunicação Empresarial enquanto área correlata é junção de atividades da área administrativa com as funções diretamente ligadas à Comunicação Social, como Relações Públicas, *Marketing*, Jornalismo e Publicidade. Segundo Chinem (2010:31), “Comunicação Empresarial é o conjunto de métodos e técnicas de comunicação dentro de uma empresa dirigida aos públicos interno (funcionários) e externo (clientes, fornecedores e consumidores)”. Chinem (2010:5) ainda relata que “no mundo corporativo, comunicação é importante para obter excelência e conquistar eficácia maior na tecnologia empresarial”. A comunicação social sem dúvida é um instrumento para se alcançar resultados e o foco empresarial inclui dar voz aos setores tanto na comunicação interna ou externa.

O autor afirma que a comunicação interna tem por objetivo informar, fazendo com que o cliente (usuário) tenha credibilidade e confiança no setor (no caso deste trabalho, a biblioteca), e, ainda ressalva que “essa comunicação promove o fluxo de informações na gestão empresarial, cria nas pessoas o sentimento de “pertencer” e ajuda a construir o futuro da organização” (CHINEM, 2010:32).

A imagem institucional de uma empresa, ou de um setor desta, é o que garante e consolida os pontos para que o sucesso seja alcançado, por meio do desenvolvimento de seus produtos e serviços, aperfeiçoando e criando conceitos centrados no seu ramo de atividade.

Tomasi e Medeiros (2010:83) aborda esta questão ao dizer que as empresas começaram a se preocupar como devia ser feita a publicidade do que é intangível, no caso de seus serviços, a respeitabilidade, a credibilidade e a confiança e, que esta supervalorização da imagem é seu maior patrimônio no caso de uma empresa de serviços.

Esta imagem é constituída através da relação mídia-sociedade, onde nem sempre necessariamente o jornalista ou publicitário ou outro profissional, precise estar veiculando matérias e pautas, mas dar destaque as opiniões públicas adquirindo conhecimento por meio das experiências dos indivíduos.

Como diferencial Tomasi e Medeiros (2010:83) resumem que:

O conceito de imagem tem, dessa forma, paulatinamente atingido toda sorte de empresas; ele se amalgama como o de identidade institucional e torna-se o grande diferencial de competitividade para as empresas. A imagem da empresa transforma-se em uma aura para as empresas. É essa aura que exala seus valores, seus princípios, sua filosofia.

É com esta visão de Comunicação Empresarial juntamente com os atributos do *marketing* e os ensinamentos que a Ciência da Informação propõe na Biblioteconomia, que se pode inferir na aplicação direta de um modelo de Comunicação Empresarial onde o profissional da informação atue ativamente nos princípios da comunicação da informação como será abordado no capítulo seguinte.

7. O marketing em bibliotecas como forma de comunicação empresarial

Enquanto esfera que se preocupa com a imagem da empresa/setor e que busca manter qualidade na relação de comunicação interna e com o público externo, a Comunicação Empresarial utiliza das ferramentas do *marketing* como da assessoria de imprensa e liderança, bases para alcançar a visibilidade positiva da empresa, seja com divulgação ou prestação de serviços sanando questionamentos e necessidades de seus clientes.

A Biblioteconomia enquanto Ciência da Informação busca estratégias para consolidar-se mais com o seu cliente, visando solucionar da melhor forma e com o menor tempo as necessidades destes, bem como mostrar-se para a sociedade uma ciência ativa e cooperativa. Uma biblioteca ativa mantém “fiéis” seus usuários e faz também presentes os cinco mandamentos de Raganathan⁷ nas suas cinco leis⁸, onde o leitor é a principal peça de todo o trabalho informacional.

Em relação ao estudo das organizações acerca de como a comunicação influencia nestas, Tomasi e Medeiros (2010:37) relatam que “organizações vistas como fluxo e transformação permitem verificar que forças sistêmicas profundas prendem as organizações ao *status quo*, ou digirem sua transformação” e ainda que:

⁷ Shiyali Ramamrita Ranganathan, matemático e bibliotecário indiano.

⁸ 1. Os livros são para serem usados; 2. Todo livro tem o seu leitor; 3. Todo leitor tem o seu livro; 4. Poupe o tempo do leitor; 5. Uma biblioteca é um organismo em crescimento.

A metáfora do conduíte é relativa ao encaminhamento da comunicação. Por essa metáfora, as organizações são vistas como meros canais ou conduítes, contêineres para a quantidade, tipo, direção e estrutura do fluxo da informação.

Para manter um estreitamento no relacionamento com a comunidade, o Profissional da Informação pode utilizar as redes sociais como ferramentas para que no meio digital, a imagem da biblioteca ou do setor de informação possa aparecer e estar mais perto virtualmente dos usuários.

Dentre as opções que podem ser utilizadas, destacam-se a mala direta (*email*), o atendimento à pesquisa (*email* ou *chat*), exposição em feiras e eventos, perfil no Twitter, perfil no Facebook, Skype, Instagram, Blog e demais plataformas sociais.

Através do *email* institucional, o bibliotecário pode atender a diversas solicitações *online*, e como considera Resende (2011:5) “ao responder um *email* o bibliotecário pode fazer de qualquer lugar não necessariamente do espaço físico do setor de referência. Neste caso qualquer bibliotecário capacitado pode responder a dúvidas de seus usuários”. É preciso atenção e responder com foco no que o usuário está perguntando, indicando caso não consiga solucionar o questionamento indagado, outra possível solução para o caso. Enviar mala direta⁹ com lista de novas aquisições, e informações sobre eventos do setor e geral, faz com que os usuários que não estão habituados nem tampouco utilizam das mídias sociais possam estar inteirados sobre o que ocorre na biblioteca.

O atendimento presencial é o meio mais comum do serviço de referência atuar, desde as simples perguntas não acadêmicas, como as mais complexas. Porém, o SR pode ser realizado por meio de *chat*, com o Skype ou outro *chat*, onde o usuário *online* com o bibliotecário tentar sanar suas dúvidas, utilizando geralmente uma conta da biblioteca para causar formalidade e arquivar se possível tais indagações.

A visibilidade que tanto a Biblioteconomia almeja, pode ser investida quando a biblioteca pode expor seus documentos e serviços em feiras e exposições, cujo servem para ser vitrine de demonstração à sociedade. Os profissionais da informação devem, no entanto, procurar atualizar folders e material de distribuição como marcador de página, adesivos, onde contenham o número de telefone e o *email* da biblioteca (ou do setor de referência) para que o público possa sempre que necessitar manter contato com a biblioteca, opinar, solicitar, etc.

O Twitter pode ser um grande aliado do profissional da informação desde que seja usado com bom-senso e expertise. Com seus 140 caracteres, o Twitter deve utilizar como agregado o recurso do hipertexto para divulgar por meio de outros sites, os links pertinentes. A notícia no Twitter deve ser em forma de manchete, sempre voltada para a biblioteca ou a instituição que ela é inserida, caso seja, ou algo relacionado à área. Sendo assim, o bibliotecário precisa estar atento aos fatos cotidianos, lendo jornais e sites de notícias confiáveis, mantendo uma boa comunicação interna com os outros setores da empresa para saber quais serão os planos e ações futuros da biblioteca, a fim de sempre divulgar algo embasado.

No Facebook é recomendado ser criada uma página institucional ao invés de um perfil particular, uma vez que a biblioteca é uma organização e necessita de recursos que somente

⁹ Estratégia de divulgação de produtos e serviços através de *email*.

uma página pode oferecer, respondendo indagações, atualizando informações e novidades relativas a eventos, exposições bem como divulgar qualquer interesse acerca da biblioteca. Fotos e vídeos podem ser também inseridos nestes tipos de postagens e divulgação bem como dados corretos relativos à biblioteca com telefone e *email* atualizados.

Um vídeo institucional é uma forma de sucintamente utilizar o recurso audiovisual para explicitar os serviços que uma biblioteca ou centro de informação oferece aos usuários, apresentar a equipe e suas funções e exibir um histórico da instituição e do próprio setor. O blog é uma forma simples de postar fotos e também arquivar por mês ou ano, as notícias que interessam a biblioteca e o usuário. Sendo possível desta forma, pesquisar quando possível (assim como no Facebook) alguma notícia ou postagem que se quer novamente rever. Estas plataformas podem cair em desuso com o tempo, mas é imprescindível que o bibliotecário fique atento a novas plataformas e novas redes sociais que possam se adequar na utilização e auxílio em bibliotecas e centros de informação em geral.

8. Considerações finais

O profissional da informação necessita atentar-se para sua postura na atuação do *marketing* bibliotecário, uma vez que a proatividade e a criatividade serão pontos cruciais no que tange aplicar a usabilidade de um serviço de referência com abordagem de *marketing*. O bom relacionamento interpessoal e a facilidade em comunicar-se, agregam ao profissional, valores dentro da organização que os aproximam do usuário e farão com que estes frequentem o ambiente da biblioteca de forma mais prazerosa e diversificada.

Amaral (1998) já afirmava que os profissionais com esta atitude, têm uma visão mercadológica e sabem que através da receptividade com os seus usuários, e o entusiasmo em atender suas necessidades mostra a satisfação com que recebem estes clientes. Uma vez iniciados os serviços de *marketing* bibliotecários, este necessita ser desenvolvido e aprimorado dia-após-dia, cabendo haver avaliações e novos planejamentos moldados à realidade da instituição como destaca Amaral (1998:143) ao relata que:

[...] a tarefa do gerente é assegurar a sobrevivência da unidade de informação, garantindo a sua solidez e força estrutural, mantendo a capacidade de suportar as adversidades, mediante a adaptação às transformações súbitas, aproveitando novas oportunidades oferecidas.

É muito importante saber aceitar as novas exigências do mercado (público) e saber que, os produtos e serviços devem adequar-se ao usuário, afinal este que saberá avaliar o quanto há satisfação e aceitação da demanda. Sendo assim, adquirir um setor de serviço de referência exclusivo requer um profissional que além de habilitado, saiba executar as tarefas pertinentes com maestria, embora sabendo da complexidade de possuir atualmente pessoal disponível em quadro de setor para execução desta atividade.

Referências bibliográficas

ALVES, C. D.

2011 Informação na twitosfera. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Em linha]. 2011. [Consult. 12 jan. 2017].
Disponível em: <https://goo.gl/yCokg1>.

AMARAL, S. A.

1998 *Marketing: abordagem em unidades de informação*. Brasília: Thesaurus, 1998.

BARRETO, A. A.

1992 *Informação e transferência de tecnologia: mecanismos e absorção de novas tecnologias*. Brasília: IBICT, 1992.

BARRETO, A. M.

2005 Informação e conhecimento na era digital. *Transinformação*. [Em linha]. 2005. [Consult. 12 jan. 2017].
Disponível em: <https://goo.gl/MEulX2>.

BOTTARI, C. T. R; SILVA, N. C.

2007 Serviço de referência virtual: subsídios para a implantação em bibliotecas brasileiras. In *Anais do Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais Brasil*. [Em linha]. 2007. [Consult. 14 mar. 2017].
Disponível em: <https://goo.gl/ze2Nb7>.

CHINEM, R.

2010 *Introdução à Comunicação Empresarial*. São Paulo: Saraiva, 2010.

LE COADIC, Y.

2004 *Ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

CORMODE, G; KRISHNAMURTHY, B.

2008 Key differences between web 1.0 and web 2.0. *First Monday*. [Em linha]. 2008. [Consult. 17 maio 2017].
Disponível em: <https://goo.gl/oLFNv>.

GROGAN, D.

1995 *A Prática do serviço de referência*. Brasília: Brinquet de Lemos, 1995.

KOTLER, P.

2000 *Administração de marketing*. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LEMOS, A.

1999 *Andar, clicar e escrever hipertextos*. [Em linha]. 1999. [Consult. 19 maio 2017].
Disponível em: <https://goo.gl/5uzy3S>.

LÉVY, P.

1993 *As Tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

OLIVEIRA, M. M. de

2005 *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, S. M.

1985 Marketing e sua aplicação em bibliotecas: uma abordagem preliminar. *Revista de Ciência da Informação*. [Em linha]. 1985. [Consult. 6 maio 2017]. Disponível em: <https://goo.gl/HNr1Z8>.

PIMENTEL, A. F.

2000 *O Direito cibernético: um enfoque teórico e lógico-aplicativo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RADFAHER, L.

2007 Eu não acredito em web 2.0. In *Blog Luli Radfaher*. [Em linha]. 2007. [Consult. 7 maio 2017]. Disponível em: <https://goo.gl/DoEg>.

RESENDE, E. dos S. de

2011 O Bibliotecário e a evolução do serviço de referência na biblioteca universitária. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Maceió, 2011 – *Anais* [Em linha]. 2011. [Consult. 4 maio 2017]. Disponível em: <https://goo.gl/XVV54q>.

SALCEDO, D. A.

2006 Lacunas na Arquivologia contemporânea: uma perspectiva da Filatelia. *Arquivística*. [Em linha]. 2006. [Consult. 17 maio 2017]. Disponível em: <https://goo.gl/qttfVn>.

SILVA, F. M.

2003 Um Estudo da contribuição do hipertexto para o fluxo da informação em meio eletrônico. [Em linha]. 2003. [Consult. 12 maio 2017]. Disponível em: <https://goo.gl/FSXdqm>.

TÁLAMO, M. de F. G. M.

2004 A Pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. *DataGramZero: revista de ciência da informação*. [Em linha]. 2004. [Consult. 17 maio 2017]. Disponível em: <https://goo.gl/sA5X3r>.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G.

2005 Das redes sociais à inovação. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 34:2 (maio/ago. 2005) 93-104. [Consult. 17 maio 2017]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28559.pdf>.

TOMASI, C.; MEDEIROS, J. B.

2010 *Comunicação empresarial*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Thiago Leite Amaro da Silva | thiagojeans@gmail.com

Instituto Federal de Ensino de Pernambuco, Brasil

Diego A. Salcedo | salcedo.da@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: uma visão para o planejamento nas bibliotecas jurídicas brasileiras

DEVELOPMENT OF COLLECTIONS: a vision for planning in Brazilian law libraries

Ana Cláudia Carvalho de Miranda

Resumo: Apresenta o cenário da gestão do acervo nas bibliotecas jurídicas no Brasil, notadamente a importância da elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções. A partir disso, buscou-se embasamento e consecução dos objetivos propostos, realizou-se uma revisão de literatura que considera as áreas da *Biblioteca especializada* e do *desenvolvimento de coleções*, procurando-se identificar suas principais características, enquadrando-se o universo específico das bibliotecas jurídicas. Para tanto, por intermédio das reflexões apresentadas, pode-se confirmar que o papel da biblioteca jurídica é difundir esse volume informativo nas instituições das quais fazem parte, apoiando as decisões nos processos judiciais em curso. Conclui destacando que a política de desenvolvimento de coleções é um documento imprescindível para nortear todas as ações em prol de garantir um crescimento do acervo capaz de atender às necessidades informacionais de clientela e aos objetivos da biblioteca.

Palavras-chave: Biblioteca especializada; Biblioteca jurídica - Brasil; Formação e desenvolvimento de coleções; Gestão do acervo jurídico

Abstract: This work deals with the scenario of collection management in law libraries in Brazil. It aims to discuss the importance of collection development policy in this field. In order to characterize the subject, a literature review was done considering areas such as specialized libraries, collection development and law libraries. Therefore, it was possible to acknowledge that the role of the law libraries is to disseminate information, support decisions in ongoing legal proceedings. It was possible to conclude that the collection development policy is an important document that guides decisions aiming to guarantee the growth of the collection that meets user information needs as well as the libraries objectives.

Keywords: Specialized library; Law library – Brazil; Collection development; Law collection management

Introdução

Numa sociedade em constante transformação, o cenário mundial tem sido pautado pelas mudanças contínuas impulsionadas, principalmente, pela Globalização, avanço tecnológico e exigência de qualidade e diversidade de produtos e serviços. Todas essas variações têm provocado instabilidade em vários setores da sociedade e, ao mesmo tempo, estimulando pessoas a buscarem atualização constantemente, pois, a cada segundo, surgem novas tendências.

Diante desse panorama, a biblioteca passa por uma mudança de orientação, foco e perspectiva Resnick (2014) situa-nos de maneira precisa em uma representação do que é a biblioteca do século XXI:

Esqueça o que você conhece a respeito da biblioteca do século XX. Você sabe, aqueles lugares escuros com máquinas antigas de microfilmagem, ultrapassadas, oxidando no porão e com fileiras de enciclopédias, perfeitamente organizadas em ordem alfabética na negação de sua

obsolescência. A biblioteca, como um depósito de informação, é um conceito ultrapassado. A biblioteca do século XXI é uma oficina comunitária, um local repleto de ferramentas de economia do conhecimento (RESNICK, 2014:1, tradução nossa).

Nessa concepção, Alonso-Arévalo e Córdon-García (2015) enfatizam que as bibliotecas não atuam somente como fornecedores de informação, mas também como provedores de experiência, como locais de acolhimento e programação de eventos muitas vezes com parceiros da comunidade e espaços que permitem a criação de conteúdos.

Nos últimos anos, o Brasil tem produzido uma vasta quantidade de informação e documentação jurídica originárias dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, no âmbito federal, estadual e municipal, tais como: jurisprudências, súmulas, leis, pareceres, resoluções, emendas constitucionais, medidas provisórias, decretos, além das doutrinas provenientes de pesquisadores e doutrinadores-juristas.

De acordo com Miranda (2003), as bibliotecas jurídicas devem estar organizadas para atender às necessidades específicas da sua clientela e, para isso, devem possuir um bom planejamento no desenvolvimento de suas coleções, com a finalidade de terem seus acervos sempre adequados. Elas atuam como principal veículo disseminador da informação jurídica, especialmente na esfera de suas instituições mantenedoras, com o intuito de subsidiar as decisões processuais em fluxo, como também de auxiliar os juristas no cumprimento da justiça.

No Brasil, a maioria das unidades de informação especializadas em Ciências Jurídicas é proveniente de órgãos da administração pública dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo: Senado Federal (SEN), Câmara dos Deputados (CAM), Advocacia Geral da União (AGU), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal Militar (STM), Ministério da Justiça e Cidadania (MJU) e Cidadania Ministério Público, Tribunais de Justiça, Tribunais de Contas, Assembleias Legislativas, Procuradorias de Justiça, faculdades de Direito, escolas da Magistratura, escolas do Ministério Público, além do setor privado (nos escritórios de advocacia, instituições de ensino particular etc.).

Nessa perspectiva, em se tratando da formação e manutenção do acervo de biblioteca jurídica, a proliferação de fontes de informação jurídicas disponíveis, em diversos suportes, requer a elaboração de um documento capaz de regulamentar as atribuições na gestão do acervo, por meio das atividades de seleção, aquisição e avaliação de materiais informacionais. Sendo assim, este documento torna-se um importante instrumento para o gestor formar, desenvolver e organizar a coleção, com a finalidade de atender às necessidades informacionais dos usuários das unidades de informação (UI). O acervo da biblioteca jurídica é formado por doutrinas, legislações, jurisprudências e materiais apresentados, nos diversos formatos, que são indispensáveis à prática jurídica.

De modo geral, as bibliotecas buscam, cada vez mais, sistematizar seus processos, produtos e serviços para otimizar recursos e demandas existentes quanto ao armazenamento e à disseminação do acervo. Manter as bibliotecas atuantes implica um planejamento contínuo de elaboração de metas e objetivos de desenvolvimento, crescimento e desbastamento do acervo, tomando-se por base tanto os objetivos da instituição mantenedora quanto as demandas reais e potenciais de sua clientela (CORRÊA, 2013).

Assim sendo, as bibliotecas que lidam com a informação jurídica possuem aspectos bem peculiares no gerenciamento de suas atividades, sendo o caráter dinâmico da informação jurídica o que mais influencia nas rotinas. No cenário brasileiro, em razão das constantes alterações na legislação, a doutrina e a jurisprudência também sofrem mudanças significativas em pouco tempo. Tal fato implica alteração no conjunto sistemático do Direito e requer uma atenção especial por parte do bibliotecário jurídico quanto à formação e ao desenvolvimento do acervo (PINHO e BARBOSA, 2011).

Por esse ângulo, foi proposta uma reflexão do tema escolhido em que se fizesse possível assessorar os bibliotecários jurídicos e membros responsáveis pelas comissões de gestão do acervo, no do processo de formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas.

No Brasil, a formação do bibliotecário jurídico ocorre mediante o curso de graduação, de forma genérica. Atualmente, o sistema de ensino, na área de Biblioteconomia, conta com 45 cursos de nível superior instalados pelo país, sendo 42 pelo sistema de ensino presencial e 3 pelo ensino à distância, com duração, em média, girando em torno de 4 a 5 anos. Porém, é percebida a necessidade do oferecimento da disciplina informação jurídica (obrigatória ou optativa) em cursos de graduação e também a nível de especialização para os profissionais da área, a fim de potencializar e colaborar para as demandas da área jurídica.

Ao considerar tais questões, o presente artigo se propõe a apresentar uma revisão de literatura do panorama da gestão do acervo com ênfase na informação jurídica. Para tanto, utilizou-se de uma revisão de literatura como base em aportes da Ciência da Informação, principalmente no tocante à formação e desenvolvimento de coleções, no contexto da biblioteca jurídica.

As bibliotecas voltadas para o armazenamento da informação jurídica são consideradas um tipo de biblioteca especializada, denominada biblioteca jurídica, a qual geralmente atende à maioria dos órgãos da administração pública, e tem como usuários advogados, juízes, promotores de justiça, desembargadores, procuradores, ministros e outros profissionais da área do Direito. Sendo assim, as bibliotecas jurídicas atuam “como principal veículo disseminador da informação jurídica” (MIRANDA, 2004:139). Na próxima seção, abordar-se-á sobre a biblioteca especializada.

Bibliotecas especializadas

O surgimento das bibliotecas especializadas se deu há dois séculos, em razão da crescente necessidade de informações científicas, técnicas e estatísticas necessárias para auxiliar o desenvolvimento de organizações que começavam a proliferar naquela época (SEMERTZAKI, 2012). Este fato marcante da busca por informações específicas colaborou para melhoria, inovação e diversificação dos serviços de bibliotecas especializados. No entanto, a evolução do conceito de biblioteca especializada, ao longo dos anos, e seu desenvolvimento como unidade de informação têm sido referidos por Dana (1991) e Williams (1997), embora cubram diferentes estágios, eles concordam que, durante os primeiros anos do século XX, foi quando ocorreu um grande impulso à bibliotecologia especializada – começando, portanto, às bibliotecas do mesmo tipo.

As bibliotecas especializadas também são conhecidas como unidades de informação especiais, no sentido literal da palavra em inglês "especial". Na perspectiva de Caravia

(1995:12), o termo especializado é como é conhecido em espanhol, pois significa que essas bibliotecas adquirem materiais relacionados a uma determinada área do conhecimento ou assuntos relacionados. O autor supracitado faz referência a esses tipos de bibliotecas que são, na maioria das vezes, parte de centros de pesquisa e instituições ou outras organizações, como empresas e associações.

Como apontado anteriormente, a biblioteca especializada possui uma missão relevante por seu papel em fornecer um acervo específico, destinando-o para a área de atuação da instituição a que pertence. Ainda a esse respeito, Miranda (2007) enfatiza que as bibliotecas especializadas são constituídas por acervo que visa suprir as necessidades da organização na qual se encontram inseridas, apesar de incluir sempre certo número de obras sobre áreas afins ou relacionadas.

Segundo Dias e Pires (2003), a biblioteca especializada é um centro de informação, formado por acervo específico e voltado prioritariamente para o campo do conhecimento, em conformidade com os interesses da organização.

Na visão de Miranda (2007), esse tipo de biblioteca tem por objetivo facilitar o processo de recuperação de informações específicas, buscando, dessa maneira, encontrar todos os caminhos de direção da informação. Seus objetivos procedem dos objetivos das organizações às quais pertencem; seus usuários geralmente são funcionários, pesquisadores, técnicos, cientistas etc., com o mesmo intuito, instituindo uma clientela especializada e limitada.

Nessa perspectiva, a biblioteca especializada é pautada por funções que propiciam o encaminhamento adequado para o êxito de suas atividades e atuação, as quais devem estar em conformidade com as necessidades de sua clientela. Entre as funções mais importantes, estão as seguintes:

- fornecer informação, de forma rápida e eficaz, centrada em uma área do conhecimento, buscando atender às necessidades dos usuários;
- realizar um tratamento exaustivo nos documentos, ampliando os recursos de recuperação da informação;
- disseminar seletivamente a informação;
- proporcionar o acesso a bases de dados especializadas na área de interesse da coleção da biblioteca;
- permitir a recuperação aprofundada de informações sobre assuntos específicos da área.

Em relação às principais características das bibliotecas especializadas, Murray (2013) aponta que “apesar de suas diferenças, bibliotecas especializadas compartilham características e preocupações comuns” [sendo o principal] “a mera sobrevivência” (MURRAY, 2013:276, tradução nossa). O autor destaca que “a biblioteca especializada está em uma posição particularmente precária em termos de sobrevivência” (MURRAY, 2013:276, tradução nossa). Com base nesse entendimento, o autor pondera que – diferentemente de uma biblioteca pública – em uma comunidade, ou uma biblioteca de universidade, um centro de Ensino Superior, uma biblioteca especializada não é percebida

como necessária. Assim sendo, sensibilizar os gestores das organizações é uma tarefa indispensável para evidenciar a necessidade de investir recursos financeiros na inovação do acervo em diversos suportes informacionais.

Os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca especializada, mais especificamente as bibliotecas jurídicas para seus usuários, foram ampliados ao longo do tempo. Por outro lado, a estrutura física da maioria das bibliotecas mantidas pelo Poder Público ainda permanece com uma arquitetura predial pouco acessível, os serviços que elas oferecem também precisam se adaptar às novas tecnologias assistidas para a promoção de inclusão social e de acesso à comunicação, informação e conhecimento.

O acervo das bibliotecas especializadas é formado uma diversidade de suportes informacionais. Dentre os materiais que fazem parte do acervo, as publicações periódicas são de primordial relevância, mas constata-se também a existência de relatórios, folhetos, normas, monografias, dissertações, teses, obras de referências especializadas, maquetes, croqui, *slides*, projetos, fotos, vinil, bases de dados, DVDs, CDs, documentos em *braille* e outros materiais publicados em separata, que são armazenados em quantidade significativa, exigindo-se dos bibliotecários um enorme esforço para a localização e obtenção dos itens desejados. Outras características diferenciais das bibliotecas especializadas são:

- os bibliotecários responsáveis pela biblioteca devem possuir conhecimento na área a que se destina a coleção;
- interação e dependência contínua com outras bibliotecas e centros de informação da mesma especialidade;
- um alto nível de automação dos serviços, a fim de possibilitar uma melhor recuperação da informação.
- os usuários das bibliotecas especializadas são geralmente pertencentes a própria instituição à qual a biblioteca encontra-se subordinada, com necessidades e exigências bastante complexas, daí a importância de se elaborar uma eficaz política de desenvolvimento de coleções.

Por esse viés, percebe-se que as bibliotecas especializadas atuam como importantes agentes disseminadores dos conhecimentos necessários aos estudos e tomadas de decisões das instituições das quais fazem parte. Estas, por sua vez, se originaram da necessidade informacional dos órgãos governamentais, universidades (bibliotecas setoriais), escritórios de advocacia ou empresas (industriais ou comerciais), para subsidiarem e respaldarem nas decisões processuais em fluxo, além de auxiliar todos os juristas na execução da justiça. Para isso, é necessário que as bibliotecas desenvolvam um bom planejamento na formação de suas coleções visando à satisfação de seu público específico.

Formação e desenvolvimento do acervo

A gestão de formação e desenvolver acervo é um processo que sempre esteve presente na realidade das bibliotecas, desde as origens dessas instituições, por meio dos suportes

iniciais, como os tabletes de argila da Antiguidade, até a modernidade, com o surgimento das publicações eletrônico.

De modo geral, as bibliotecas jurídicas brasileiras enfrentam desafios diante do grande volume de publicações disponíveis, com a atualização cada vez mais rápida das informações, diversas demandas e como também enfrentam dificuldades orçamentárias para o desenvolvimento de coleções. Por esse viés, é imprescindível a adoção de estratégias para o planejamento de formação e desenvolvimento dos acervos. Tradicionalmente, o desenvolvimento de coleções permanece sendo visto predominantemente de forma linear.

A esse respeito, Johnson (2014) faz menção ao desenvolvimento de coleções como um processo cauteloso para formação de coleções em bibliotecas e compreende diversas atividades, abrangendo a seleção de materiais, elaboração da política, avaliação das necessidades da comunidade de usuários reais e potenciais, gestão do orçamento, identificação das necessidades da coleção, sensibilização e interação com a comunidade de usuários, planejamento para o compartilhamento de recursos e negociação dos contratos acerca dos recursos eletrônicos. Todas as etapas são necessárias para a compleição do ciclo e o cumprimento dos objetivos estabelecidos para este fim. O autor avança nesse assunto quando destaca outras atividades relacionadas à gestão da coleção, que envolvem decisões sobre desbaste, cancelamento de assinaturas, armazenamento e preservação, e estudos de uso e avaliação de custo/benefício.

Santa Anna (2015) destaca que mesmo presente na esteira evolutiva das bibliotecas, o modo como o acervo é constituído e desenvolvido distingue-se em consonância com o aperfeiçoamento tecnológico, assim como a partir de reformulação das políticas que regulam os objetivos da biblioteca.

Com o crescimento exponencial da produção e circulação da informação jurídica em formato eletrônico, tem-se contribuído para democratizar o acesso a esse tipo de informação. Portanto, o bibliotecário, que anteriormente traçava a escolha e seleção nos catálogos e nas sugestões dos usuários, passou a considerar, diante desse cenário, inúmeros aspectos para a formação de suas coleções, o que acarretou mudanças nas políticas de desenvolvimento do acervo, com o surgimento dos novos suportes em formato digital.

Na concepção de Miranda (2003:1-2), o trabalho do bibliotecário exige “uma atuação diferenciada, em razão do descontrole provocado pela ‘poluição de informação’, requerendo uma análise minuciosa da coleção para “garantir a disponibilidade de obras confiáveis nos diversos suportes informacionais”.

Nesse sentido, Vergueiro (1990:29) reforça a responsabilidade do bibliotecário diante do ofício desta atividade, afirmando que “boa parte da produção colocada no mercado por esta explosão é constituída, na realidade, de material de pouca importância.” Contudo, presume-se que, com relação à Ciência Jurídica, seja semelhante.

Nesse contexto, destaca-se a missão importante do bibliotecário na formação da coleção de uma biblioteca, conforme abordado por Cabral (2005):

[...] a missão mais nobre que nos cabe como profissionais. Pela coleção em si, pela contribuição que resulta para o enriquecimento do patrimônio, pelos serviços que potencia, pela prossecução de um trabalho norteado por parâmetros de preservação e conservação (CABRAL, 2005:17).

No caso das bibliotecas especializadas na área jurídica, o desenvolvimento do acervo visa atender aos objetivos da instituição na qual estão inseridas, com foco para doutrina, legislação ou jurisprudência. Na visão de Weitzel (2002),

Desenvolver coleções é, portanto, uma atividade técnica comprometida com a sistematização de determinada área sob o enfoque institucional em relação aos interesses de quem mantém a biblioteca. Trata-se da construção de um pequeno núcleo temático em bases definidas e determinadas, o qual dá sentido ao que está disperso no mundo caótico das informações. Em outras palavras, desenvolvimento de coleções é uma disciplina que procura organizar o conhecimento registrado sob enfoques e filtros específicos - uma solução técnica desencadeada pela explosão bibliográfica (WEITZEL, 2002:64).

Nessa perspectiva, desenvolver coleções implica sistematizar, criar procedimentos para seleção, aquisição, avaliação e desbastamento do acervo. As coleções precisam evoluir harmoniosamente em todas as áreas científicas, evitando um crescimento desordenado, sem metas ou objetivos definidos. Ainda nessa visão, Jonhson (2014:1, tradução nossa) salienta que o “desenvolvimento da coleção é o processo intelectual de desenvolver ou construir uma coleção da biblioteca em resposta às prioridades institucionais e às necessidades e aos interesses da comunidade ou do usuário”.

Em relação ao desenvolvimento de coleções digitais, especialmente a aquisição de *eletronic book* (livro eletrônico), também chamado de livro digital e conhecido como *e-book*. Na concepção de Vieira (2017), a informação digital tem propiciado oportunidades e grandes desafios para os bibliotecários gerenciarem o crescimento dos acervos das bibliotecas. Nessa trilha, Silva (2013:3) adverte ser um

desafio que se impõe aos bibliotecários, uma vez que estes materiais têm mais restrições em seus modelos de negócio que os livros impressos. Em alguns contextos, considerando a realidade brasileira, esse assunto está bastante avançado (bibliotecas acadêmicas, especializadas); em outros, a situação ainda está indefinida (bibliotecas públicas, escolares).

Na sapiência de Wortman (1989), o processo de formação e desenvolvimento de coleções reproduz do passo a passo de todas as atividades de seleção, aquisição e manutenção de coleções em uso. Tais atividades precisam ser interligadas no andamento de cada uma. O autor supracitado salienta a necessidade dos bibliotecários pensar holisticamente sobre suas coleções, identificando conexões entre os diversos elementos da coleção e suas atividades gerenciais.

Ao iniciar-se o processo de desenvolvimento de coleções, deve-se – a princípio – realizar-se um estudo da comunidade jurídica com o intuito de estabelecer os perfis das necessidades informacionais. Concluído o diagnóstico, serão tomadas algumas decisões quanto às políticas que conduzirão o processo de desenvolvimento de coleções. Nesse sentido, a política de desenvolvimento de coleções estabelece a trajetória necessária para os processos de seleção, aquisição, critérios de avaliação e descarte, direcionados à conquista da plena satisfação das necessidades de informação dos usuários.

Terminada a elaboração das políticas, obter-se-á um documento administrativo oficializado perante os dirigentes da instituição designado “Política de desenvolvimento de coleções”, que deverá ser revisado a cada dois anos pela comissão da biblioteca, com a

finalidade de garantir a sua adequação à comunidade e aos objetivos da instituição. Para a efetivação do processo, faz-se mister a elaboração e a adoção de parâmetros, por meio da criação de critérios sólidos, para apoiar os processos do desenvolvimento de coleções. (MIRANDA, GALLOTTI e MIRANDA; 2016). Assim, a política de desenvolvimento de coleções é um documento que estabelece critérios e diretrizes para garantir a qualidade e a credibilidade da coleção, no tocante à tomada de decisões relacionadas com a incorporação ou a retirada definitiva de materiais pertencentes ao acervo.

Política de desenvolvimento de coleções

Para uma biblioteca prestar serviços de qualidade e atender às necessidades informacionais dos usuários, a política de desenvolvimento de coleções que constitui o acervo é significativamente necessária para obtenção dos objetivos a que propõe em conformidade com o contexto da instituição a qual está inserida.

A política de desenvolvimento de coleções de uma biblioteca compreende normas e diretrizes para auxiliar a decisão de incorporação ou rejeição de um determinado item à formação do acervo. Neste documento, são registrados os critérios para seleção de todos os tipos de materiais nos diferentes suportes informacionais, suas formas de aquisição, bem como orientações de descarte ou remanejamento. Todas as ações são direcionadas ao atendimento das necessidades de informação de seu público, facilitando – sobremaneira – o acesso à recuperação e à disseminação do conteúdo.

No entendimento de Vergueiro (1989), a política de desenvolvimento de coleções funciona como um parâmetro que auxilia na tomada de decisão por parte dos bibliotecários. Visa propor balizas em relação à escolha do material a ser incorporado ao acervo e subsidiar a administração dos recursos informacionais. Por essa razão, concede aos bibliotecários subsídios para que estes argumentem com as autoridades superiores tanto para a liberação de novas aquisições como para recusas incoerentes.

No que concerne à elaboração da política de desenvolvimento de coleções, Vergueiro (1989) destaca ser imprescindível ter um diagnóstico com as seguintes informações: o estado atual da coleção (quais áreas jurídicas encontram-se inadequadas, necessitando de novas aquisições e quais áreas encontram-se eficientes para atender a demanda) e as necessidades informacionais da comunidade a ser servida. Na preparação da política, é necessário que sejam estabelecidos os objetivos para dar um maior direcionamento ao acervo, a fim de possibilitar um crescimento racional e equilibrado do acervo na área jurídica de forma qualitativa e quantitativa.

Dentre as etapas da política de desenvolvimento de coleções, uma das mais importantes é o processo de seleção, pois, por meio dele, são determinados os critérios que garantem a qualidade e o ajustamento para atender, a contento, às reais necessidades dos usuários.

Processo de seleção do acervo

O processo de seleção da informação jurídica merece destaque, visto que favorece o desenvolvimento de medidas estratégicas, com a finalidade de propor critérios que

busquem facilitar a tomada de decisões na formação do acervo, em parceria com os objetivos da instituição na qual a biblioteca encontra-se inserida.

Segundo Estabel e Moro (2014), o processo de seleção do acervo não é executado precisamente na aquisição dos livros e materiais, mas perpassa diferentes momentos e fases dos serviços de biblioteca. Em vista disso, é necessário identificar a sua função conforme o tipo de biblioteca e o perfil da clientela. O autor diz destaca que a seleção é o primeiro passo para a constituição do acervo, e o descarte consolida esse processo.

Na percepção de Figueiredo (1998:84), a seleção “é um processo de tomada de decisão título a título”. Sendo uma tarefa de registro e controle de informações dos itens a serem submetidos à comissão para apreciação e escolha, que, segundo Weitzel (2006), incluem também os dados bibliográficos das obras, justificativa da seleção, pareceres, dentre outros aspectos.

Vergueiro (2010:5) chama a atenção quanto à responsabilidade exercida pelo bibliotecário no processo de seleção, pois ele “interfere na vida de inúmeras pessoas”; em contrapartida, se não existir comprometimento e, ainda mais, conhecimento da área em que atua, a influência pode ser maior e mais negativa. Desse modo, quer se queira ou não, o bibliotecário estará “permanentemente interferindo no processo social”.

Nessa trilha, Miranda (2004:144) chama a atenção para esse processo – que se torna cada vez mais criterioso pelos seguintes aspectos:

- a) explosão informacional;
- b) aceleração das mudanças nas leis, emendas constitucionais, decretos etc. (acarretando uma crescente obsolescência das publicações);
- c) intensificação da interdisciplinaridade (acoplando áreas antes isoladas);
- d) variedade no formato (relatórios, artigos de periódicos, anais de congressos, livros e outros) e no suporte (papel, meio eletrônico e outros).

Outro ponto importante, para a biblioteca acompanhar essa evolução, é a contínua gestão da literatura jurídica, veículo do Direito, pois esta – a todo instante – atualiza-se em face das novas realidades sociais detectadas pela ciência do *dever-ser*. Por essa razão, é preciso averiguar-se sobre uma possível mudança significativa na área jurídica, objeto da compra, pois se corre o risco de se adquirirem documentos com valor puramente histórico, sem nenhum valor prático imediato.

Focando nas particularidades da seleção da informação jurídica, esta deve ser realizada, analisando-se as necessidades da instituição mantenedora e o usuário individual, inserido em uma cultura organizacional, com necessidades diversificadas e demandas a serem supridas. Sendo necessário, na seleção, analisar as indicações e as sugestões dos usuários, bem como suas observações quanto às áreas jurídicas que se encontram desatualizadas e escassas. Tal procedimento é indispensável, visto que de nada valeria ter um acervo imenso, porém inadequado aos clientes, pois, sem eles, a biblioteca não passaria de um depósito de documentos e deixaria de realizar seu papel de organizar, processar e disseminar as informações, objetivando sua difusão e criando meios para a proliferação do saber para futuras gerações.

Figueiredo (1998:32) salienta que, antes do estabelecimento dos critérios, “deve existir uma declaração dos objetivos gerais da biblioteca, relacionado com a instituição e com a comunidade a que ela serve para, de acordo com esses objetivos, ser traçada a política de seleção da biblioteca”. Assim sendo, até mesmo as tomadas de decisão título a título estarão em conformidade com o foco institucional e, conseqüentemente, direcionadas para atender às necessidades informacionais.

Critérios para seleção

Os critérios para seleção buscam garantir a qualidade e assegurar que o acervo é produto de um planejamento voltado para as diretrizes e objetivos da instituição na aquisição de novos materiais informais.

Em relação aos critérios de seleção para o desenvolvimento do acervo, mencionamos alguns que estão diluídos em diversos textos de Carrión Gútiéz (1993), Vergueiro (1995), Weitzel (2000) e Miranda (2004):

- adequação do material aos objetivos da instituição;
- autoridade do autor e/ou editor;
- exatidão e atualidade do conteúdo;
- nível científico e interesse do tema abordado;
- qualidade técnica;
- escassez de material sobre o assunto na coleção;
- aparecimento do título em bibliografias e índices;
- cobertura/tratamento;
- custo justificado;
- idioma acessível;
- relevância e fidelidade ao tema proposto e organização do conhecimento na exposição;
- número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- precisão;
- condições físicas do material.

Outro critério relevante é relacionado com a escolha do material entre o livro impresso ou *e-book*, são semelhantes no intuito de atender às necessidades informacionais do público-alvo; mas, por outro lado, se distinguem quanto à aquisição e à disponibilização. Contudo, para os *e-books*, há sutil diferença em razão de “que quase todos os modelos de negócio atuais são itens licenciados para uso, em vez de serem vendidos aos clientes” (SILVA, 2013:7).

Com relação aos critérios específicos para documentos eletrônicos, Weitzel (2000:5) menciona que a literatura da área de desenvolvimento de coleções foi antecipada:

[...] notadamente nos Estados Unidos e mais especificamente nos textos de Evans (1995), St. Norbert College (1999) e Alexander e Tate (2000), cujas categorizações mais importantes são: acesso, aparência e outras características especiais, tais como recursos das ferramentas de busca, uso de propagandas, qualidade das páginas apontadas ao original e estratégia de impressão.

Um aspecto importante apresentado por Estabel e Moro (2014), além dos critérios, é a imparcialidade na seleção no decorrer de todo processo de aquisição dos documentos acervo em relação à compra, à doação e à permuta. Portanto, não convém a restrição da forma de aquisição, mas deve-se avaliar os conteúdos do material quanto ao atendimento das necessidades informacionais da comunidade de usuários em detrimento às preferências pessoais do profissional que executa a seleção.

Além desses critérios, a seleção deve abranger dois parâmetros (qualitativo e quantitativo), que devem ser analisados conforme a relação de uso de cada material, considerando se a demanda é transitória para não duplicar títulos irrelevantes. Uma das etapas subsequentes é a do processo de aquisição.

Processo de aquisição

A aquisição é um processo técnico que consiste na formação do acervo, onde são postas em prática as decisões tomadas no processo de seleção, ou seja, é o procedimento destinado à obtenção dos documentos. Nesse mesmo entendimento, Figueiredo (1998:84) explica que a “aquisição é o processo que implementa as decisões tomadas no processo de seleção”.

O processo de aquisição ocorre por meio de três modalidades, a saber: a compra, a doação e a permuta. A concretização desse processo, por compra, requer um trabalho minucioso da parte do profissional bibliotecário, visando à adequação do material ao perfil da comunidade envolvida. Por outro lado, os processos de doação e de permuta, também muito importantes, demandam atenção do profissional quanto a questões de cunho burocrático. Seja qual for a natureza da modalidade, todo material deve ser analisado antes de ser incorporado ao acervo, evitando-se a dispersão da coleção e a consequente insatisfação dos usuários.

No entendimento de Andrade e Vergueiro (1996:6), as atividades relativas à aquisição, por compra, são bastante complexas, como se observa no relato a seguir:

À aquisição caberá o trabalho minucioso de identificação, localização dos itens e sua posterior obtenção para o acervo, qualquer que seja a maneira de tornar isto possível. E não é uma tarefa assim tão automática, pois, infelizmente para os profissionais, os títulos selecionados não se encontram acenando para eles ao dobrar da esquina, a gritar ‘olha eu aqui, olha eu aqui’ e quase implorando para serem adquiridos. Muitas vezes, realizar um trabalho de aquisição assemelha-se a procurar uma agulha em palheiro, tantas são as possibilidades e dificuldades existentes. É uma atividade que exige perseverança e atenção a detalhes, de maneira a evitar um descompasso entre o que foi escolhido inicialmente para aquisição e aquilo que chega às mãos do usuário.

Anteriormente à execução da compra, é preciso que sejam definidos os recursos financeiros para permitir uma visão concreta com o que se pode contar. Andrade e Vergueiro (1996) enfatizam que, na prática, o orçamento previsto para aquisição de materiais nem sempre corresponde aos recursos liberados, considerando que nem todas as necessidades prioritárias serão atendidas. Vale ressaltar que parte da verba para aquisição de materiais informacionais deve ser reservada para assinaturas de periódicos, compra de multimeios, de obras raras, entre outros.

Entretanto, uma medida precisa ser estabelecida para um planejamento eficaz no tocante à aquisição: ter um cronograma com previsão orçamentária de acordo com a realidade da biblioteca, com o intuito de administrar de forma racional as compras e pagamentos sem prejuízo para os demais setores (VIEIRA, 2014).

No processo de aquisição, o maior desafio enfrentado pelas bibliotecas jurídicas é conseguir recursos e determinar o que de imprescindível irá ser adquirido, bem como desprezar os documentos não prioritários ou não emergenciais. Em face dessa realidade, a elevação dos preços, a insuficiência dos recursos financeiros de comprar tudo o que é publicado, bem como a redução orçamentária nas bibliotecas valorizaram aspectos inerentes à negociação no campo da “gestão de coleções” com os fornecedores. (JOHNSON, 2014, tradução nossa).

Por outro lado, para superar esse cenário, a literatura aponta formação de consórcios para aquisição de livros e outros documentos eletrônicos para ampliar a capacidade de negociação e proporcionar o compartilhamento de coleções (VASSILOU, HARTLEY e ROWLEY, 2012; RADNOR e SHRAUGER, 2012; MACEVICIUTE, 2014). No Brasil, essa sistemática é pouco praticada até o presente momento. Todavia, as bibliotecas jurídicas do estado do Rio de Janeiro, pertencentes ao Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro (GIDJ/RJ), compartilham informações armazenadas em suas respectivas unidades.

Com relação à aquisição de periódicos correntes, impressos e eletrônicos, é recomendável que a biblioteca realize, anualmente, avaliação das estatísticas de utilização, no intuito de obter subsídios para tomada de decisões visando à renovação do acervo.

Outra opção, para gerenciar melhor a escassez de recursos financeiros, é a aquisição compartilhada, decisão de várias bibliotecas em estabelecer uma rede de aquisição para participarem de uma troca entre si de informação, pois quando uma adquire um material informacional, comunica às demais, não sendo necessário adquiri-lo e, principalmente, no que diz respeito às assinaturas de periódicos e bases de dados em que os conteúdos são enviados para a biblioteca solicitante.

Sendo assim, no que se refere à definição dos “critérios norteadores a serem adotados na política, é indispensável ter conhecimento do estado atual da coleção, dos interesses informacionais da comunidade a ser servida e dos recursos financeiros disponíveis para aquisição” (MIRANDA, 2016:32). Cabe ressaltar que, na seleção de um determinado objeto, a primeira necessidade é a de se estabelecer os critérios para orientação, principalmente no tocante à formação do acervo.

Avaliação da coleção

No que diz respeito à avaliação da coleção, esta deve ser sistemática e entendida como um processo empregado para determinar a importância e a adaptação do acervo aos objetivos da biblioteca e da instituição, possibilitando traçar parâmetros quanto à aquisição, à acessibilidade e ao descarte; portanto, torna-se imprescindível ao bibliotecário jurídico ter conhecimento básico sobre a obsolescência na área. Portanto, ao iniciar-se a avaliação do acervo, deve-se analisar:

O que a biblioteca deveria possuir e não possui e o que possui, mas não deveria possuir, tendo em vista fatores de qualidade e adequação da literatura publicada, sua observância, as mudanças de interesses dos usuários, e a necessidade de otimizar o uso de recursos financeiros limitados. (LANCASTER, 1996:20)

Conforme afirma Freitas (2009), a avaliação possibilita ao bibliotecário identificar os pontos fortes e fracos da coleção, sendo indispensável ou não para manter o acervo e o que necessite ser incorporado, além de impedir a guarda de materiais sem adequação aos objetivos da instituição a qual está inserida a biblioteca. A esse respeito, Johnson (2014) enfatiza que a avaliação de coleções tem como propósito mensurar a utilidade da coleção ou quão bem está atendendo seu objetivo. De forma geral, ao avaliar as coleções, é possível administrar com mais eficiência o desenvolvimento de coleções.

Entre os métodos empregados, na avaliação da coleção, estão os quantitativos (tamanho e crescimento) e os qualitativos (julgamento por especialistas, análise do uso real). Logo em seguida, os resultados serão comparados a fim de garantir o alcance dos objetivos da avaliação do acervo, como também de se criar um melhor suporte para uma política de desenvolvimento de coleções mais eficaz.

Com relação à avaliação qualitativa, o julgamento é executado por especialistas em um assunto; porém, isso pode causar alguns problemas, conforme afirma Lancaster (1996): o especialista talvez não seja completamente imparcial, ou não esteja familiarizado com o perfil da comunidade a que a biblioteca atende.

Consoante Figueiredo (1991), a maneira para se realizar a avaliação é por meio da análise comparativa do que é comprado *versus* o uso subsequente. Essa análise favorece o melhoramento da seleção, quer pela identificação dos tipos de material com pouca chance de ser utilizado, quer pela alteração no processo de seleção, a qual resulta em compra de materiais desnecessários para a clientela.

Corroborando Silberger *et al.* (1990) com a avaliação de material informacional impresso, propõe empregar os seguintes critérios: propósito, perfil, público-alvo, suporte físico, extensão, alcance, idiomas, limite geográfico, dados, arranjo, autoridade, data, acesso, encadernação/papel/capa/diagramação, forma de atualização e características especiais.

De modo geral, mediante a avaliação do acervo, é possível constatar se os recursos disponibilizados pela biblioteca, ou centro de documentação jurídica, encontram-se em conformidade com os interesses do público-alvo.

Desbastamento de material bibliográfico e especial

No que concerne à etapa de desbastamento, fundamental, antes de qualquer verificação, é determinar as relações entre desbaste, descarte e remanejamento. Contudo, o desbastamento é um processo contínuo e sistemático para conservar a qualidade da coleção, ocorrendo sempre devido à necessidade de um processo constante de avaliação da coleção e deve ser feito em concordância com as necessidades da biblioteca e com o julgamento da comissão de biblioteca, num prazo que varia entre três a cinco anos. Portanto, essa etapa busca realizar a manutenção da coleção dentro dos critérios estabelecidos pela política de desenvolvimento de coleções.

Entre todas as atividades inerentes ao desbastamento, a que exige maior cuidado e segurança, por parte do bibliotecário, é o descarte. Diante desse cenário, o descarte consiste na mais complexa atitude, pois envolve dúvida e preconceito por parte do bibliotecário e, além disso, contribui para o adiamento na decisão com tentativas de promoção ao uso. Além da Biblioteca Nacional como depositária e conservadora da memória nacional, existe uma intensa tendência em defesa da conservação do acervo (VERGUEIRO, 1989).

Um dos desafios enfrentados pelos bibliotecários americanos, na execução do descarte, diz respeito à relutância deles em executar o descarte, temendo eliminar algo que alguém possa requerer no futuro; ou por não saberem por onde iniciar tal empreitada, ou por terem a ideia equivocada de que, ao adquirirem obras, estas deverão permanecer na biblioteca como patrimônio (COLLIE, 2010).

No entendimento de Dantas e Cavalcante (2006) os profissionais responsáveis pela gestão do acervo, mesmo conhecendo os critérios de descarte, não se sentem seguros e aptos, uma vez que durante sua formação acadêmica aprenderam que uma das principais atribuições da profissão é conservar, preservar e disseminar o conhecimento, sendo que a questão do descarte foi pouco discutida. Por outro lado, a crescente produção de informação colabora para que sejam indispensáveis novos estudos e debates sobre o assunto.

De acordo com Vergueiro (1989:75) existem perguntas que são do cotidiano de trabalho dos bibliotecários: “Quando descartar? Para que descartar? Estes são dilemas reais dos profissionais que tiveram uma formação que visa, principalmente, conservar materiais informacionais”.

A base do descarte se fundamenta nos seguintes aspectos: inadequação à comunidade usuária, desatualização de seus conteúdos, alteração das necessidades de informação, duplicatas (número excedentes de cópias de um mesmo título em relação à demanda), espaço pequeno para comportar o crescimento do acervo, além de outros fatores, tais como condições físicas de uso. Deste modo, é inevitável que as instituições possuam políticas, normas e diretrizes claras para fornecer alicerce e segurança aos profissionais responsáveis pelo descarte dos documentos em todos os tipos de suportes, pois um descarte indevido pode acarretar no prejuízo ao patrimônio, podendo ser muitas vezes irrecuperável.

Assim sendo, quando o descarte for executado, não se pode incorrer no erro de repelir uma obra em razão do seu estado físico não ser o ideal. Muita precaução deve ser tomada para não desfazer de modo aleatório com a convicção de que se trata de material obsoleto, ou por censura, ou ainda por animosidade intelectual (MARIA *et al.*, 2013).

Nas bibliotecas de instituições públicas, o descarte do acervo deve seguir normas e critérios estabelecidos por profissionais que atuam na instituição, pois o acervo é considerado patrimônio público. Uma vez que as informações patrimoniais, a decisão sobre os critérios e o processo de descarte não devem ser uma atribuição exclusiva do responsável pela biblioteca. Portanto, é recomendável a criação de uma comissão com representantes de diferentes segmentos da instituição, como também de pessoas especializadas nas áreas temáticas que poderão auxiliar na análise dos materiais sujeitos a serem descartados, por meio do registro de baixa do acervo patrimonial. (ESTABEL e MORO, 2014).

Em referência à informação jurídica, o descarte é indispensável em função de sua abundante produção, começando pela propagação das alterações na legislação, em todos os níveis governamentais (federal, estadual e municipal), estendendo-se pela jurisprudência e pela doutrina. Por outro lado, Maria *et al.* (2013) justificam deixar o acervo dormente no Direito pelo fato de um assunto não contemplado numa legislação, em outro dado momento, poder receber acolhida legal, doutrinária ou jurisprudencial. No entanto, as obras com menos consultas devem ser separadas para análise por um tempo determinado, ou seja, não podem ser descartadas, repentinamente, sem existir um período de transição.

Diante do exposto, recomenda-se ainda que, para uma maior eficácia dessa atividade e para garantir a manutenção da qualidade da coleção, sejam empregados os mesmos critérios aplicados no processo de seleção, no momento da apreciação, para exclusão dos materiais informacionais pela comissão responsável.

Considerações finais

Na era contemporânea, as transformações ocorridas na sociedade e o novo cenário considerado pós-moderno têm proporcionado novos desafios para as unidades de informação especializadas em Ciências Jurídicas. Essas inovações advindas do incremento das tecnologias provocam das mudanças na transmissão do conhecimento, mas também na força econômica desse. Nesse contexto, novos dilemas são lançados para as bibliotecas jurídicas brasileiras quanto ao desenvolvimento de suas coleções, de maneira a assumirem papel ativo na organização a qual estão inseridas, sendo desafiadas a ajustar diversas visões de mundo e paradigmas, a novidade e o tradicional, para apoiar a fundamentação das atividades institucionais nas decisões, petições, pareceres, sentenças, etc.

Conforme as reflexões apresentadas, este trabalho evidenciou a necessidade de planejamento por parte do bibliotecário diante do crescimento exponencial no mercado editorial, a fim de orientá-lo com relação aos detalhes que devem ser considerados nos processos de seleção, aquisição, avaliação e desbastamento constantes na política de desenvolvimento de coleção tanto para materiais bibliográficos como eletrônicos. Por conseguinte, a informação, como esclarece Fullin (2006), é matéria-prima do bibliotecário, que se especializa na gestão, organização e disseminação do conhecimento.

Com base nessa prerrogativa, faz-se necessária uma gestão de acervo das bibliotecas e unidades de informação de acordo com a recomendação de Miranda, Gallotti e Miranda (2016), a fim de elaborar e adotar parâmetros, por meio da criação de critérios sólidos, para apoiar os processos do desenvolvimento de coleções.

O gerenciamento de acervo engloba uma tarefa bastante complexa diante dos novos desafios impostos ao bibliotecário jurídico, com o surgimento de novos documentos em suportes digitais e eletrônicos e a intensidade com que se renova a informação jurídica. Torna-se, portanto, imprescindível ao bibliotecário jurídico manter-se atualizado na busca pelo contínuo acompanhamento das mais recentes mudanças na legislação, evitando-se, dessa forma, a aquisição de publicações já ultrapassadas, bem como o fornecimento de informações em desacordo com a legislação em vigor.

Quando se pensa em biblioteca especializada, especialmente na área jurídica, pode-se afirmar que o desenvolvimento do acervo busca atender aos objetivos da instituição na qual estão inseridas, com foco para a doutrina, legislação ou jurisprudência, mas precisam evoluir harmoniosamente em todas as áreas do Direito, conforme o campo jurídico ao qual a instituição está direcionada, evitando um crescimento desordenado, sem metas ou objetivo definido.

Acima de tudo, os critérios de seleção e avaliação da coleção devem-se estar bem estabelecidos, por serem fatores preponderantes na atualização e manutenção do acervo, para auxiliar no processo de tomada de decisão. Com isso, verificou-se a necessidade de que as bibliotecas jurídicas adotem sua política de desenvolvimento de coleções que conglomere os objetivos da instituição mantenedora, com o intuito de fundamentar e nortear todas as ações em prol de garantir um acervo capaz de atender às necessidades informacionais de sua clientela.

Com relação ao descarte de materiais em bibliotecas, analisando a literatura, percebe-se que esse assunto requer mais discussão por ser tanto quanto difícil de tratar visto a dificuldade que os profissionais possuem em executá-lo por diversos motivos. Portanto, é fundamental que as bibliotecas tenham normas e diretrizes compreensíveis e explícitas para conceder e segurança aos profissionais que atuam com descarte.

Por fim, infere-se que a qualidade na política de desenvolvimento de coleções está condicionada à flexibilidade e à dinâmica para ser alterada ou ajustada sempre que for preciso, necessitando, portanto, de revisão a cada dois anos, com a finalidade de garantir a sua adaptação aos usuários e aos objetivos da biblioteca. Consequentemente, uma política de desenvolvimento de coleções mais flexível assegura a continuidade de um acervo relevante para os próximos anos.

Referências bibliográficas

ALONSO-ARÉVALO, Julio; CORDÓN-GARCÍA, José Antonio
2015 Retos en torno al préstamo de libros digitales en bibliotecas. **Anales de Documentación**. [Em linha]. 18:1 (2015) 1-12. [Consult. 20 mar. 2017].
Disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/207171>.

ANDRADE, Diva; VERGUEIRO, Valdomiro de Castro Santos
1996 *Aquisição de materiais de informação*. Brasília: Brique de Lemos, 1996.

CABRAL, Maria Luísa

2005 Conservação preventiva, porquê? *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. 2ª série. 15. (2005) 7-27.

CARAVIA, Santiago

1995 *La Biblioteca y su organización*. Madrid: Trea, 1995.

COLLIE, Ginny

2010 The Reluctant weeder. *Children & Libraries: the Journal of the Association for Library Service to Children*. [Em linha]. 8:2 (2010) 51-53. [Consult. 14 jan. 2017].

Disponível em:

<http://proxygsu-pub1.galileo.usg.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lxh&AN=52829030&site=ehost-live>.

CORREA, Elisa Cristina Delfini

2013 Política de gestão de estoques de informação: uma proposta para atualização de conteúdo. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*. 25 (2013).

CORRIÓN GÚTIEZ, Manuel

1993 *Manual de bibliotecas*. 2ª ed. Madrid: Pirâmide, 1993.

DANA, John Cotton

1991 The President's opening remarks. In HANSON, C. A., ed. – *Librarian at large: selected writings of John Cotton Dana*. Washington: Special Libraries Association, 1991, p. 53-54.

DANTAS, Marcelo; CAVALCANTE, Vanessa

2006 *O Bibliotecário e o descarte de materiais bibliográficos*. [Em linha]. Recife: UFPE, 2006. [Consult. 18 mar. 2017].

Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/14344563/Descarte-de-materias-bibliograficos>. Projeto de Pesquisa do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

DIAS, Maria Matilde; PIRES, Daniela

2003 *Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação*. São Carlos: Edufscar, 2003.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva

2014 *Biblioteca : conhecimentos e práticas*. Porto Alegre: Penso, 2014.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de

1999 *Paradigmas modernos da Ciência da Informação: em usuários, coleções, referências & informação*. São Paulo: Polis, 1999.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de

1998 *Desenvolvimento & avaliação de coleções*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1998.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de

1994 *Estudo de uso e usuários*. Brasília: IBICT, 1994.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de

1991 *Metodologias para a promoção do uso da informação: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas*. São Paulo: Nobel, 1991.

FREITAS, Ana Paula

2009 *Acervo de literatura infantil e juvenil na biblioteca escolar*. [Em linha]. 2009. [Consult. 23 abr. 2017]. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000000010/0000102C.pdf>. Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia na Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC).

GONÇALVES, Marcos Rogério; SANTOS, Valéria Silva

2009 A Biblioteca Jurídica como fonte de conhecimento decisório. *CRB-8 Digital*. 2:2 (set. 2009) 4-11.

JOHNSON, Peggy

2014 *Fundamentals of collection development and management*. Chicago: American Library Association, 2014.

LANCASTER, Frederick Wilfrid

1996 *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos-Livros, 1996.

MARIA, Máira Cunha de Souza [et al.]

2013 Reflexões sobre a formação do acervo da Academia de Direito do Largo de São Francisco: do século XIX aos nossos dias. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. [Em linha]. 108 (jan.-dez. 2013) 129-142. [Consult. 12 dez. 2016]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67979/70886>.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de

2016 Desafios para a gestão de coleções de periódicos científicos. *Folha de Rosto: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:1 (jan.-jun. 2016) 26-38. [Consult. 8 fev. 2016]. Disponível em: <http://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/82/64>.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de

2007 Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Campinas. 4:2 (jan.-jun. 2007) 1-19.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de

2004 A Política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In PASSOS, E., org. - *Informação jurídica : teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de

2003 A Qualidade enquanto instrumento na política de desenvolvimento de coleções jurídicas. *Anais do Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética*. Florianópolis. 2 (2003).

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; D'AMORE, Ticiano Maciel; PINTO, Virginia Bentes

2013 Gestão documental da informação jurídica. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 18:3 (jul.-set. 2013) 96-110. [Consult. 15 fev. 2016]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n3/07.pdf>.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; MIRANDA, Erlano Silva de

2016 A Gestão da qualidade como estratégia de suporte para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas jurídicas. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da*

Informação. [Em linha]. 14:2 (maio-ago. 2016) 262-278. [Consult. 15 fev. 2016]. Disponível em:
[file:///D:/Documents%20and%20Settings/f156991/Meus%20documentos/Downloads/8643771-19048-1-PB%20\(20\).pdf](file:///D:/Documents%20and%20Settings/f156991/Meus%20documentos/Downloads/8643771-19048-1-PB%20(20).pdf).

PINHO, Fabio Assis; BARBOSA, Ângela Maria da Silva

2011 Os Usuários da informação jurídica. *Biblios: revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información*. [Em linha]. 44 (2011) 50-61. [Consult. 16 fev. 2016]. Disponível em: <https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/44/64>.

RADNOR, Mary, SHRAUGER, Kristine Jo

2012 E-book resource sharing models: borrow, buy, or rent. *Journal of Interlibrary Loan, Document Delivery*. 22:3-4 (2012), 155-161.

SANTA ANNA, Jorge

2015 Desafios para a gestão de estoques de informação frete às coleções em diferentes contextos. *Revista ACB*. 20:3 (set.-dez. 2015) 550-566.

SEMERTZAKI, Eva

2012 Why special libraries are the right places to host a Knowledge Management Center. In *IFLA Knowledge Management Section Satellite Pre-conference*. [Em linha]. Helsinki, Finland, 2012. [Consult. 16 mar. 2017]. Disponível em:
http://www.arpalazio.net/ifla2012/html/abstracts_and_full_papers.pdf/Semertzaki.pdf.

SILBERGER, Kathryn Kemp [et al.]

1990 *Obras de referência: subsídios para uma avaliação criteriosa*. Florianópolis: UFSC, 1990.

SILVA, Andréia Gonçalves; ROLIM, Maria Lúcia de Borba

2009 Organização das fontes de informação jurídica na perspectiva do GIDJ/SP. *CRB-8 Digital*. 2:2 (set. 2009) 27-33.

SILVA, Ronaldo Alves da

2013 E-books em bibliotecas: novos desafios para os bibliotecários. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*. 25 (2013).

VASILEIOU, Magdalini; HARTLEY, Richard; ROWLEY, Jennifer

2012 Choosing e-books: a perspective from academic libraries. *Online information review*. 36:1 (2012) 21-39.

VERGUEIRO, Waldomiro

1995 *Seleção de materiais de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

VERGUEIRO, Waldomiro

1990 *Bibliotecas públicas e mudança social : a contribuição do desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1990.
Tese de Doutorado.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos

1989 *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989.

VIEIRA, José Ronaldo

2017 Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça (BDJur): análises e perspectivas. *Cadernos de Informação Jurídica*. [E linha]. 4:1 (jan.-jun. 2017). 107-115. [Consult. 16 jul. 2017].

Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/109>.

VIEIRA, Ronaldo

2014 *Introdução à teoria geral da Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

WEITZEL, Simone da Rocha

2012 Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. *Transinformação*. [Em linha]. 24:3 (set.-dez. 2012) 179-190. [Consult. 16 fev. 2016].

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3>.

WEITZEL, Simone da Rocha

2002 O Desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento : suas origens e desafios. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 7:1 (jan.-jun. 2002) 61-67. [Consult. 16 fev. 2016].

Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414>.

WEITZEL, Simone da Rocha

2000 Critérios para seleção de documentos eletrônicos na Internet. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*. 19 (2000).

WILLIAMS, Robert V.

1997 The Documentation and special libraries movements in the United States, 1910-1960. *Journal of the American Society for Information Science*. Carolina do Norte. 48:9 (set. 1997) 775-781.

Ana Cláudia Carvalho de Miranda | anaclaudia.biblio@gmail.com

Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte, Brasil

Resumo: Embora ainda não seja vastamente estudado no domínio da Ciência da Informação, o documento fotográfico constitui um desafio para as práticas de tratamento da informação nas estruturas documentais, nomeadamente nos arquivos. As novas tecnologias e a presença assídua de dispositivos de captura de imagem podem levar à banalização do tratamento da fotografia e é nesse sentido que devem ser assegurados mecanismos de gestão de informação que permitam, não só a descrição fiel do documento fotográfico, mas que inculquem ferramentas de trabalho que potenciem a organização e recuperação da informação céleres e eficazes.

Palavras-chave: Arquivo fotográfico; Documento fotográfico; Tratamento da informação

Abstract: Although it is not widely studied in the field of the Information Sciences, the photographic document constitutes a challenge to the practices of processing information in documental structures, namely in archives. New technologies and the constant presence of devices that capture images can lead to the trivialization of photo treatment and, for that reason, information management mechanisms must be guaranteed so they can allow not only the exact description of the photographic document but also instill work tools that enhance the organization and recovery of information in a fast and effective way.

Keywords: Photographic archives; Photographic document; Information Processing

1. Introdução

Nos dias de hoje, o documento fotográfico constitui um desafio para aqueles que se dedicam às práticas do tratamento de informação. Embora este constitua um exemplo real de documento que possui um suporte e informação, nem sempre é visto pelos profissionais de informação como uma prioridade. Tal facto pode ser justificado por dois motivos principais. Em primeiro lugar, realçar o facto de vivermos na chamada Era da Informação e que vem alinhada com o avanço tecnológico e o exponencial crescimento de dispositivos tecnológicos de captura da imagem que tendem a banalizar o documento fotográfico que, inevitavelmente, acaba por estar ao alcance de qualquer um. Em segundo lugar, lembrar que a maioria dos documentos existentes para tratamento em centros de documentação ainda são de carácter textual e, por isso, o documento fotográfico acaba por ser deixado para segundo plano.

Com este trabalho pretende-se alargar o estudo do documento fotográfico na Ciência da Informação, particularmente nos arquivos, criando uma maior consciencialização da importância que lhe deve ser dada e suscitar o interesse por parte dos profissionais de informação sobre questões no domínio da fotografia.

2. O documento fotográfico

2.1. Descrição morfológica

O caráter científico dado ao documento fotográfico data já desde o século XIX e era visto, essencialmente, como uma réplica da realidade que se transformava numa «perfeita imitação do seu objeto de duplicidade» (SERÉN, 2013:184).

Roland Barthes (2012:28) vê na fotografia a única forma de atingir a veracidade de algo, pois «nela, um cachimbo é sempre um cachimbo, infalivelmente». Para o autor de *A Câmara clara* o documento fotográfico permite a confirmação do real; é, no fundo, uma prova do que aconteceu. A fotografia cresceu, não é estanque e o seu crescimento permitiu a conquista da liberdade de expressão e o respeito pela linguagem visual. Ainda Barthes (2012:75) diz que o objetivo do documento fotográfico sempre foi, acima de tudo, garantir a diversidade na comunicação com o outro, por isso, não é estranho afirmar que a fotografia é um órgão de comunicação tão capaz como outro qualquer.

Segundo Serén (2013:183-184), o documento fotográfico deve ser visto como um objeto social, pertencente a uma sociedade de informação e comunicação, pois esta caracteriza-se pela sua capacidade de registo, em que são anotadas todas as transações de uma sociedade transversal e global. Serén afirma ainda que, tal como os restantes tipos de documentos, a fotografia é um ato social que exige a presença daqueles que são chamados os seus elementos básicos. Estes são a intenção, relacionada com a vontade, a expressão, que está intrinsecamente ligada à maneira de exteriorizar uma ideia e a inscrição, que é importante para manter os dois elementos anteriores.

No que diz respeito à posição que o documento fotográfico ocupa no tratamento documental, Henrique (2010:20) vê-a como incerta, sem detalhe e incompleta. Prova disso são os lugares duvidosos onde alguns destes documentos são acondicionados, descuidando o seu tratamento. Citando esta autora, «considerar este documento enquanto ato fotográfico equivale a considerar este documento como integrante em um processo documental (ou processo de registo) que se pretende recuperar». A autora chega mesmo a afirmar que é através dessa recuperação, que é possível encontrar o contexto do documento, constituindo, assim, como uma propriedade do processo arquivístico.

O trabalho realizado com os documentos fotográficos é vasto dada a complexidade destes e a dimensão da imagem não pode ser posta de parte no trabalho documental e na importância dada às variadíssimas representações que o documento fotográfico possibilita. Para Lacerda (2012:284) as imagens comportam diversas funcionalidades e a capacidade de registo de ações e de informação é uma das mais importantes. É impossível dissociar a imagem da sua competência de ser portadora de materialidade e de recursos de comunicação e expressão distintos, uma vez que só assim é possibilitada a diferenciação dos registos que a massa documental contém.

No seu artigo publicado na revista *Cadernos BAD*, Boccato e Fujita (2006:86) esmiúçam a questão da linguagem fotográfica, acabando por desenvolver uma espécie de ciclo em que afirmam que «a fotografia, como texto visual, possui um enunciado, uma textualidade, uma narrativa», isto é, a fotografia, como meio de comunicação que é, possui um emissor que é própria imagem fixa, um recetor, que será o consumir da imagem e um mediador que neste caso se trata da linguagem fotográfica.

2.2. A importância da imagem na sociedade de informação

A imagem tem adquirido uma significativa importância nas mais diversas áreas da sociedade que procura incessantemente utilizar a imagem, não apenas como um trabalho fotográfico, mas como uma duplicação da realidade. Desta forma, pretende-se chegar com mais clareza aos consumidores das imagens, satisfazer as suas necessidades e criar deslumbramento, choque ou outro tipo de sentimento forte que, na verdade, uma imagem pode despertar.

Segundo Keene (2002:13), a imagem tem um enorme valor, visto que pode ser uma ferramenta essencial para comunicar com o leitor e, dessa forma, construir uma relação com este, chegando mesmo a ser uma estratégia de convicção. Além disso, a imagem dá uma maior credibilidade à notícia que suporta e ajuda o leitor na construção mental do cenário que serviu de base para determinada notícia, podendo ser ainda visto como material pedagógico. Este autor chega mesmo a reforçar a ideia de como a imagem pode ser o método capaz de enaltecer uma notícia, pois, além do fotógrafo, torna o leitor «um espectador privilegiado da História».

Citando Joly (2002:117), a imagem fotográfica permite gerar «um “novo pensamento” [...] uma nova maneira de encarar as relações desta com o mundo e o espectador, induzindo, aí também, uma forma interpretativa». Na verdade, o valor da imagem fotográfica é indiscutível e vai muito além de uma réplica. Para Guran (1992:15), a fotografia «é uma extensão da nossa capacidade de olhar», além disso, é uma ferramenta de representar a realidade, na medida em que, pelo rigor e pormenor que apresenta, constitui uma linguagem muito própria e que é impossível de confundir.

O documento fotográfico comporta um mecanismo de mediação visual, capaz de se articular com o texto e de criar conhecimento sobre dada realidade. Além disto, a imagem possibilita ao leitor sentir-se parte integrante da cena que está a ser descrita, na medida em que este, recebendo uma expressão visual, fica com a sensação de presença, isto é, a imagem fotográfica tem uma função muito particular que, resumidamente, passa por oferecer o leitor a possibilidade de «ver, através das imagens, situações e circunstâncias que efetivamente tomaram lugar na dimensão factual – funcionando como uma espécie de experiência de mundo emprestada» (SANTOS, 2009:1).

Segundo Santos (2009:6-7), a fotografia, em diversas situações, caracteriza-se por uma postura retórica, uma vez que impõe-se como uma estrutura com significado, isto é, como um suporte capaz de compreender em si significado, estabelecendo-se como um «postulado comunicacional, manifestação de um “querer dizer”». É neste sentido que a imagem distancia-se de manifestações apenas de apresentação e exposição, passando para o lado da análise e opinião em que a realidade pode ser não só mostrada como descrita, explicada e comentada. Desta forma, é possível considerar que a fotografia contém significados que são manuseados conforme o «direcionamento ideológico da informação».

2.3. O lugar do documento fotográfico nos arquivos

O documento fotográfico é, em inúmeros casos, uma das partes que compõem um arquivo, independentemente do conhecimento que este expõe ou da área que representa. Como unidades de informação que são, os arquivos desempenham um papel fundamental na

relação entre os utilizadores, o arquivo e os serviços que este possui, tendo, ainda, como motivação a resposta a todas as necessidades de informação que lhes são apresentadas.

É nesta base de estudo que Boccato e Fujita (2006:85) desenvolvem a problemática do lugar do documento fotográfico nos arquivos e a sua relação com as propriedades e os comportamentos da Ciência da Informação (CI). Segundo estas autoras, o documento fotográfico deve ser visto «como fonte de informação para a geração de conhecimento», uma vez que este cumpre um papel social fundamental que assegura a multiplicação de novos conhecimentos. Conhecimentos esses que contribuem para um crescimento sustentável da sociedade. Neste âmbito, os arquivos desempenham um papel de destaque e o seu cruzamento com a CI é evidente em variados casos, visto que, desta forma, é potenciado o estudo das diversas etapas que estão agregadas ao ciclo informacional e, também, aos mecanismos que permitem processar a informação, com vista a otimizar o acesso.

Também Manini (2002:80), na sua tese de doutoramento, desenvolve o tema da presença do documento fotográfico nos arquivos e da sua relação com a Ciência da Informação. Para esta autora, «a Ciência da Informação trabalha com representações», isto é, também os documentos imagéticos compõem a CI e as operações que esta ciência social desenvolve. Assim sendo, os arquivos são as unidades informacionais necessárias e fundamentais para a concretização do trabalho que é imperativo desempenhar com este tipo de registos.

Segundo Barthes (2012:35), a convergência dos meios de comunicação social não permitiu que, até à data, o documento fotográfico adquirisse um papel de destaque nos arquivos. Na verdade, a crescente produção fotográfica desencadeou a criação de agências fotográficas que se consideravam capazes de fazer a gestão de informação fotográfica que produziam, o que, na realidade, nem sempre, ou mesmo em poucos casos acontecia. Para o autor, a coerência visual deve ser proporcional à coerência da sua descrição e é esse o papel que os arquivos devem desempenhar, um papel de organização da informação eficaz, a curto e a longo prazo. Se um jornalista inclui na notícia uma fotografia, não é para ocupar um espaço em branco, mas porque desempenha um papel de comunicação tão importante como o texto escrito, então, o documento fotográfico, posteriormente à sua utilização, deve ser tão bem tratado como qualquer outra tipologia documental.

É possível considerar-se que os arquivos são uma das áreas em que o documento fotográfico se evidencia de forma sistémica. Quem o afirma é Lacerda (2012:284) que mesmo constatando este facto, não deixa de reforçar a ideia de que é necessário refletir sobre o aparente predomínio de documentos de carácter textual nos arquivos e de que forma são realizados o tratamento, a classificação e a descrição dos documentos fotográficos.

Falar do documento fotográfico implica falar da sua análise documental, uma vez que permite dissociar a denotação da conotação. Segundo Robledano Arillo (2000), a análise documental de imagens tem como finalidade a representação e, com isso, a recuperação de conteúdos através de atributos. Com isto surge a análise de conteúdo do documento fotográfico que, tendo em conta o que este autor descreve, é composto por três etapas, nomeadamente a leitura do conteúdo fotográfico, a síntese desse mesmo conteúdo e a sua representação.

Citando Boccato e Fujita (2006:98), «a análise documental é um processo instrumental» e é nesse sentido que a Ciência da Informação, através do seu carácter «multidisciplinar pós-

-moderna», deve incentivar que sejam definidas as orientações que levem ao acesso competente de imagens nos sistemas e nas unidades de informação. É seguindo esta ordem de ideias que surge o profissional de informação que vai «representar o conteúdo da imagem fotográfica para torná-la acessível – socialização do conhecimento – ao usuário». Assim sendo, o profissional de informação tem o intuito de procurar e obter as informações que vão de encontro às necessidades de pesquisa, bem como criar os serviços de referência capazes de concretizar as tarefas a que se propõe.

3. O arquivo fotográfico

3.1. A definição dos níveis de descrição nos arquivos fotográficos

A descrição de documentos de arquivos fotográficos contempla orientações particulares que auxiliam «uma maior transparência e enquadramento descritivo destes documentos» (PORTUGAL, 2011:31).

Tendo em conta as *Orientações para a Descrição Arquivística – ODA* (2011:76-78), os níveis de descrição têm como principal objetivo a identificação dos níveis de organização arquivística de determinada unidade de descrição, seja ela de que domínio seja. Estes níveis ajudam a entender o posicionamento das unidades de descrição na correspondente hierarquia, sendo que estes são:

- fundo: corresponde ao conjunto de documentos presentes no arquivo
- subfundo: corresponde à subdivisão do fundo
- secção: corresponde à subdivisão do fundo ou do subfundo
- subsecção: corresponde à subdivisão da secção
- série: corresponde a um conjunto de documentos que estão organizados conforme um sistema de arquivo e são conservados enquanto unidade
- subsérie: corresponde à subdivisão da série
- documento composto: corresponde a uma unidade organizada de um conjunto de documentos e que são agrupados, tanto para o uso do seu produtor, tanto para o trajeto de determinado processo de organização arquivística
- documento simples: corresponde à unidade arquivística mais pequena e que se caracteriza por ser intelectualmente indivisível

Além destes oito níveis de descrição apresentados pelas ODA, podem ser consideradas mais três, nomeadamente:

- grupo de fundos: corresponde ao conjunto de fundos que possuem natureza semelhante ou que é alusivo a matéria análoga

- coleção: corresponde ao conjunto de documento que são aglomerados de forma artificial em função de uma característica que lhes é comum
- unidade de instalação: corresponde a uma estrutura formada com o intuito de armazenar e garantir a salvaguarda da informação, independentemente do seu suporte ou nível de complexidade

De acordo com as ODA (2011: 77), são os níveis de descrição que potenciam a explicitação das relações que cada uma das unidades de descrição têm com as restantes, de ajuste com as regras da descrição multinível. Assim sendo, uma dada unidade de descrição pode depender hierarquicamente de algum outro nível superior, assim como níveis hierarquicamente inferiores, podem depender desta. Todavia, é de salientar que não é obrigatório que as diversas massas documentais reflitam todos os níveis de descrição. Também a SEPIA (*Safeguarding European Photographic Images for Access*) no seu relatório *SEPIADES: Cataloguing photographic collections (Safeguarding European Photographic Images for Access Data Element Set)* (2004) aborda o tema dos níveis de descrição de coleções fotográficas, fornecendo modelos e ferramentas que considera importantes na definição de níveis de descrição e na preservação fotográfica.

3.2. Os arquivos fotográficos em Portugal

Os arquivos fotográficos desempenham um papel fundamental na salvaguarda do património físico e intelectual dos documentos fotográficos, contribuindo para a sua gestão, que inclui o estudo, o tratamento, a organização e a preservação das fotografias.

Em Portugal, é possível enumerar diversos arquivos fotográficos que desempenham um valioso trabalho diário, na tentativa de enfatizar a importância dos documentos fotográficos e de assegurar os seus ciclos de vida. Por norma, um arquivo fotográfico detém acervos fotográficos de âmbitos variados (conforme a sua área ou interesse temporal). Os espólios dos arquivos fotográficos podem ser formados por negativos e positivos originais, fotogramas e outros tipos de formatos fotográficos que, no seu conjunto, constituem um património documental rico e valioso.

Parte da cultura portuguesa é composta pelos documentos fotográficos existentes nos mais diversos e prestigiados arquivos fotográficos de Portugal. Embora o número seja largo, de seguida apresentar-se-ão aqueles que são vistos como alguns dos mais conceituados arquivos fotográficos portugueses.

- *Arquivo Municipal Fotográfico de Lisboa*: este arquivo contém um espólio correspondente à história da cidade de Lisboa que data de 1850 até à atualidade. O valor patrimonial deste espólio é imenso e único, sendo que no seu conjunto é possível identificar fotografias de leilões, doações, legados e imagens da cidade. Este arquivo foi a primeira instituição que se dedicou à preservação de coleções referentes à memória fotográfica Lisboeta ao nível das congéneres internacionais. O núcleo de fotografias deste arquivo contém cerca de 600 mil exemplares, entre os quais é possível destacar o Fundo Antigo (realizado entre 1898 e 1908), os acervos Luís Pavão, Daniel Blaufuks, Eduardo Portugal, etc.

- *Arquivo de Documentação Fotográfica*: este arquivo trabalha no âmbito de coleções fotográficas sobre a história de museus, palácios e imóveis ligados à Direção Geral do Património Cultural. As atividades centrais deste arquivo passam pela inventariação, salvaguarda, conservação, preservação e pelo tratamento das suas coleções que são de extrema importância na história da arte e fotografia no domínio português. Entre as milhares de obras que constituem este arquivo fotográfico podem referenciar-se as de Frederick William Flower, Augusto Bobone, San Payo, Silva Nogueira, entre outros.
- *Arquivo Fotográfico da Agência Lusa*: este arquivo possui fotografias sobre os factos mais relevantes da história, na área do desenvolvimento regional e local, desporto, lazer e estilo de vida, interesses humanos, crime, direito, entretenimento, ambiente, política, sociedade, diplomacia, economia, cultura, cidadania, ciência e tecnologia, crenças e religiões, justiça, educação e arte. Sendo um arquivo anexo a uma instituição noticiosa, o seu espólio é correspondente às notícias e às investigações desenvolvidas no âmbito do trabalho diário da Agência Lusa e de outras agências internacionais, sendo que este arquivo já conta com mais de um milhão e meio de imagens desde 1920.
- *Arquivo Fotográfico Fundação Calouste Gulbenkian*: este arquivo está, essencialmente, dedicado a documentos fotográficos voltados para as artes visuais de Portugal. O espólio é constituído por 180 coleções que na sua soma totalizam uma média de 180 mil registos.
- *Arquivo Fotográfico da Cinemateca Portuguesa*: este arquivo possui, maioritariamente, fotogramas derivados de múltiplos filmes e caracteriza-se por ser exclusivamente online, sendo que a sua criação data de 2011. O arquivo possui um catálogo com pesquisa por navegação ou através de índices e que dão acesso à coleção digital. Os registos fotográficos da Cinemateca Portuguesa estão, também, disponibilizados nos portais Europeana e European Film Gateway. O objetivo deste arquivo passa por ampliar a representação e o acesso ao património fílmico que se encontra preservado pela Cinemateca Portuguesa e que, neste momento, possui fotogramas de mais de 400 filmes de produção portuguesa, de não-ficção e que tenham sido produzidos entre os anos de 1896 e 1931.
- *Arquivo Fotográfico do Centro Português de Fotografia*: este arquivo encontra-se à alçada do Ministério da Cultura, mais particularmente da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e reúne coleções de âmbitos diversos e que foram originalmente reunidas por pessoas ou entidades específicas. Embora o espólio seja alargado, é possível destacar a Coleção Nacional de Fotografia que agrega diversos processos fotográficos e movimentos representativos do surgimento fotográfico, através do trabalho de vida de vários fotógrafos.
- *Espólio Fotográfico Português*: este espólio comporta um conjunto de negativos que têm origem no estúdio Fotografia Beleza, estúdio esse que esteve localizado na cidade do Porto desde o início do século XX e que exibia retratos da alta sociedade do Norte. O Espólio Fotográfico Português conta com aproximadamente 600 mil registos.

4. A linguagem controlada no tratamento de informação de documentos fotográficos

Falar de tratamento de informação é, também, falar da necessidade de criar uma consciencialização da utilização de léxico controlado. O caso da imagem não é exceção e estas devem possuir mecanismos de controlo linguístico e vocabular, uma vez que as terminologias utilizadas, na verdade «são a transposição do que existe» (MENDES e SIMÕES, 2002:15).

Para Ribeiro (1996:64), a utilização ou não de uma linguagem controlada tem implicações diretas no processo de indexação, nomeadamente na fase de representação dos conceitos e de recuperação da informação. É necessário distinguir aquela que é a linguagem natural, usada pelos autores dos documentos, caracterizando-se como sendo uma linguagem simples e livre, sem restrições e controlo, e a linguagem controlada, que deve ser realizada conscientemente e tem um objetivo muito claro: o armazenamento e a recuperação da informação.

Assim sendo, pressupõe-se que o vocabulário utilizado seja alvo de controlo e restrito a um concentrado número de termos. Na verdade, não existe um vocabulário específico para a representação de conceitos e embora este deva ser, efetivamente, controlado, não pode afastar-se do conteúdo original do documento em análise, no caso deste tipo de arquivos, o documento fotográfico.

Para Gorman (2003:13), o controlo vocabular é vital para as práticas informacionais, seja para o registo de formas padronizadas de pontos de acesso, para garantir a agregação de todos os registos para o mesmo ponto de acesso, para documentar as decisões tomadas e as fontes do ponto de acesso, ou para habilitar registos de catálogo padronizador. Este autor, no seu artigo *Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment* (2003:12), chega mesmo a concluir que a ordem, lógica, objetividade, precisão e consistência são os mecanismos capazes de garantir que a terminologia utilizada no tratamento de informação é a correta e a que implicará uma representação e recuperação eficientes e de acordo com as necessidades informacionais.

Também Lancaster afirma que o uso de um vocabulário controlado é essencial no processo de recuperação. No seu artigo *Vocabulary control for information retrieval* (1986), chega mesmo a dizer que o ciclo informacional tem que incluir o processo de definição de termos e conceitos e que essa seleção não pode ser deixada a cargo de um mero utilizador, cabe sim ao profissional de informação averiguar os termos que condizem com o documento em causa e, posteriormente, utilizar meramente terminologia que saiba que será capaz de recuperar esse documento, mesmo que a pesquisa seja pouco profunda.

Segundo Ribeiro (1996:65), a criação de um léxico controlado e estruturado implica que sejam incluídas relações semânticas entre os termos de indexação definidos. Desta forma, as vantagens são duplicadas, isto é, a indexação é facilitada e os utilizadores saem beneficiados, pois recebem auxílio para a pesquisa, devido às relações estabelecidas entre os termos, constituindo, assim, um instrumento eficiente no apoio às estratégias intrinsecamente ligadas à pesquisa. Com isto é possível entender que, além das vantagens já apresentadas, a utilização de uma linguagem controlada oferece uma indexação mais expedita e confiável.

Também para Mendes e Simões (2002:15), o processo de pesquisa tem uma relação muito próxima com a linguagem controlada, uma vez que este não deve acontecer com a utilização de palavras-chave, pois estas irão conduzir a um conjunto de registos com vocabulário incoerente e com equívocos. Para as autoras este método é «um presente envenenado», uma vez que, desta forma, o utilizador é direcionado para um conjunto excessivo e, muitas vezes, vazio de informação, ficando ainda, sujeito à eventualidade de combinações pobres. Portanto, é possível afirmar que a linguagem controlada cruza-se repetidamente com a problemática das fontes de informação e dos métodos de pesquisa que estes comportam, seja através do uso de terminologias específicas, seja através de determinadas operações combinatórias.

A linguagem controlada também pode constituir uma ferramenta valedoura na simplificação da descrição da informação e do processo que envolve esta. O uso de uma linguagem controlada na descrição da informação vai definir, estreitamente, qual o vocabulário que pode ser admitido para cada um dos documentos em análise. Se, tal como foi mencionado anteriormente, a linguagem potencia a recuperação de informação, pode ser também contributiva nas práticas de indexação e de categorização.

Quando se expõe a problemática da utilização ou não de linguagens controladas surge questões interpretativas, lexicais e semânticas e as variações e ambiguidade que podem ser evitadas. Explorando as variações mais significativas neste âmbito, erguem-se as variações conceptuais e as sociais. A primeira está diretamente relacionada com a diversidade interpretativa do léxico e, a segunda, com a diversidade no uso corrente de expressões lexicais. Ambas, frequentemente, são limitações encontradas quando o assunto se debruça sobre o tratamento de informação, pois, não é comum seguir um protocolo vocabular durante a descrição da informação, mas sim uma linguagem natural e, em variados casos, quase que intuitiva por parte do profissional de informação. Com isto não se quer fomentar a ideia de que o tratamento de informação, nomeadamente a descrição de informação, no que concerne ao vocabulário empregado deve seguir uma lógica de palavras, expressões ou conceitos padronizados, com características estanques e invariáveis. Todavia, deve existir coerência e uma espécie de conduta para que se evitem erros, desvios, dificuldades na pesquisa e no acesso à informação, expansão do significado atribuído ao léxico e desconhecimento deste.

5. Conclusão

Dado por terminado o estudo relativo à posição do documento fotográfico na Ciência da Informação, sobretudo nos arquivos fotográficos é possível refletir sobre alguns aspetos.

Em primeiro lugar, destacar a importância do estudo do tratamento técnico da imagem no domínio da Ciência da Informação. A verdade é que esta problemática ainda não é vastamente analisada e esta análise serviu, precisamente, para criar uma maior consciencialização de que todas as tipologias documentais devem ter uma posição igual, no que toca ao seu tratamento e valorização. Mais ainda quando é visível que as novas tecnologias ocupam, cada vez mais, um lugar de destaque na sociedade de informação. Se, por um lado, estas novas tecnologias são meios facilitadores de capacidades como a interoperabilidade, por outro, podem propiciar a banalização de determinadas tipologias

documentais, como a fotografia que hoje em dia é facilmente produzida e reproduzida através dos diversos dispositivos existentes.

Em segundo lugar, é necessário não deixar de reforçar a ideia do valor da terminologia e da grafia nas tarefas que envolvem, não só, o tratamento da imagem, mas em todas as práticas que envolvem a gestão da informação, de um modo geral. O controlo vocabular permite que os resultados alcançados, nomeadamente no que diz respeito à representação e recuperação da informação, sejam mais favoráveis, pois através de práticas linguísticas constantes a normalização é mais facilmente atingida e, por consequência, a relação do utilizador com a informação disponível ganha uma nova conexão.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland

2012 *A Câmara clara*. Lisboa: Edições 70, 2012.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes

2006 Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 2 (2006) 84-100.

GORMAN, Michael

2003 Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON AUTHORITY CONTROL, Florence, 2003 – *Definition and international experiences*. Florence, 2003.

GURAN, Milton

1992 Linguagem fotográfica. In *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, 15-22.

HENRIQUE, Sónia Isabel Duarte Pereira

2010 *O Lugar da fotografia nos arquivos: uma proposta de reavaliação*. 2010. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

LACERDA, Aline Lopes de

2012 A Fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde*. 19:1 (2012) 283-302.

LANCASTER, Frederick Wilfrid

1986 *Vocabulary control for information retrieval*. 2nd ed. Arlington: Information Resources Press, 1986.

MANINI, Miriam Paula

2002 *Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2002

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça

2002. *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2002.

PORTUGAL. Direção Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivos

2011 *Orientações para a descrição arquivística*. 3ª ed. Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2011.

RIBEIRO, Fernanda

1996 *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal, Departamento de Arquivos, 1996.

ROBLEDANO ARILLO, Jesús

2000 Documentación fotográfica en medios de comunicación social. In *Manual de documentación informativa*. Madrid: Cátedra, 2000, p. 183-290.

SANTOS, Ana Carolina Lima

2009 A Ilustração fotográfica como recurso retórico : um olhar sobre a fotografia no jornalismo de revista. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba*. 2 (2009).

SERÉN, Maria do Carmo

2013 O Documento fotográfico: da mediação cultural à mediação técnica. *CEM: revista do CITCEM*. Porto. (2013) 183-192.

Joana Sousa Rodrigues | joanasousarodrigues.14@gmail.com

Universidade do Porto – Faculdade de Engenharia

Resumo: Este artigo pretende refletir o trabalho desenvolvido no tratamento do Arquivo Professor Barbedo, projeto que decorreu entre 1 de junho de 2016 e 31 de maio de 2017, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian¹. Trata-se de um arquivo pessoal, organizado numa estrutura temático/funcional, constituído por 1.636 documentos compostos, distribuídos por dezassete secções e dois sub-arquivos, acondicionado nas instalações do Arquivo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Palavras-chave: Arquivo Professor Barbedo; Arquitetura da Informação; Autodeterminação de Timor-Leste; Ciência da Informação; Independência de Timor-Leste; Sistema de Informação

Abstract: This article intends to reflect the work developed in the treatment of the Professor Barbedo Archives, a project supported by Fundação Calouste Gulbenkian from June 1, 2016 to May 31, 2017. This is a personal archives organized in a thematic/functional structure, with 1.636 composed documents, distributed by seventeen sections and two sub-archives, installed in the Archive of the Faculty of Engineering of Porto University.

Keywords: Professor Barbedo Archives; Information Architecture; East Timor Self-Determination; Information Science; East Timor Independence; Information System

Introdução

A origem do Arquivo Professor Barbedo

Professor Emérito da FEUP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), desde a invasão de Timor (Português) pela Indonésia em dezembro de 1975, o Professor Doutor António Pinto Barbedo de Magalhães envolveu-se ativamente na causa de Timor-Leste, colocando-se ao lado do Povo Maubere na luta pela sua dignidade, autodeterminação e independência. Esta invasão teve lugar no quadro de uma estratégia anglo-americana e australiana acordada por estes países desde 1965. O Arquivo Professor Barbedo surge então como resultado da informação relacionada com Timor-Leste que por si foi produzida e reunida entre 1975 e 2007.

Propriedade do Professor Doutor António Pinto Barbedo de Magalhães e depositado no Arquivo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, é constituído por mil seiscentos e trinta e seis documentos compostos, em variados suportes, com destaque para o papel e a película fotográfica. Encontram-se documentos provenientes da Resistência, relatórios de organizações de solidariedade – de carácter não-governamental – nacionais e internacionais, estatutos, correspondência, material de divulgação, material pedagógico (utilizado em ações de formação sobre Timor-Leste e a Indonésia), provas fotográficas,

¹ Esse apoio foi concedido à FEUP, no âmbito de um concurso relativo à *Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais de interesse histórico, cultural e científico relevante*, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian.

monografias, periódicos, recortes de imprensa, documentos em formato áudio e vídeo, entre outros. Paralelamente a este arquivo, existe também na biblioteca uma coleção de livros – relacionados com Timor-Leste – reunida também pelo Professor Doutor António Pinto Barbedo de Magalhães, e denominada “Coleção Timor”.

O Arquivo Professor Barbedo sofreu entretanto duas incorporações, o Sub-Arquivo Raúl de Brito – após a morte do Deputado Raúl de Brito em 2011 – e o Sub-Arquivo da Comunidade Paroquial de Mozelos, Sermonde. Trata-se de dois sub-arquivos entregues à guarda do Professor António Pinto Barbedo de Magalhães pelos familiares do Deputado Raúl de Brito e pelo Padre Bernardino de Queirós Alves da Comunidade Paroquial de Mozelos, respetivamente. A sua integração no Arquivo Professor Barbedo justifica-se pelo facto de pertencerem a pessoas e entidades também elas com um papel relevante na solidariedade com o Povo Maubere.

Em 2016 foi obtido o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito de um concurso relativo à *Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais de interesse histórico, cultural e científico relevante*. Esse apoio permitiu o tratamento do Arquivo Professor Barbedo, cujo resultado se pretende refletir neste artigo.

Do ponto de vista da Ciência da Informação

Do ponto de vista da Ciência da Informação, há alguns conceitos-chave a ter em conta, nomeadamente os conceitos de *Sistema de Informação, Estrutura e Arquitetura da Informação* (SILVA, 2015).

Analisando o conceito de *Sistema da Informação*, constata-se que é um Sistema composto por informação de tipologias diversas, suportado por uma estrutura determinada e condicionada pelas entidades produtoras. Pode assumir um carácter orgânico ou operatório – sempre que seja possível identificar os elementos que constituem a sua estrutura – ou não organizado ou combinatório (SILVA, 2006b)².

Por sua vez, o conceito de Estrutura remete-nos para Piero Mella e a sua obra sobre Sistemas e Pensamento Sistémico, onde surge como *um complexo unitário formado por uma pluralidade de elementos relacionados entre si de tal forma que: a) apresenta características próprias; b) o estado de cada elemento depende de um outro, e acaba condicionado pela estrutura toda; c) esta, se assumir ou modificar o próprio estado, afeta os seus elementos, assumindo cada um deles um estado, ou sofrendo uma modificação de estado; d) e todos os elementos são necessários para formar aquela estrutura*. De acordo com Armando Malheiro da Silva a estrutura assume-se em simultâneo como estruturada e estruturante (SILVA, 2015). Estruturada porque é determinada pela informação e estruturante porque por sua vez ela própria condiciona a informação.

Armando Malheiro da Silva apresenta-nos por sua vez um conceito de *Arquitetura da Informação* intimamente relacionado com a *Organização e Representação da Informação* (uma das três áreas axiais da Ciência da Informação) e com os denominados *Testes de*

² *No caso vertente dos Arquivos Familiares e Pessoais estamos perante um Sistema de Informação organizado ou operatório, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade – Família ou Pessoa, cada qual com estrutura própria e acção fixada por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis* (SILVA, 2006a).

Usabilidade. Tal justifica-se pelo facto de a Organização e Representação da Informação consistindo na descrição, ordenação, classificação e recuperação da informação, estar intimamente relacionada com o *arranjo de espaços e configuração do artefacto*, intrínsecos ao processo de construção e mediação das plataformas digitais e a Arquitetura da Informação é apresentada precisamente como esse *arranjo de espaços e configuração do artefacto*, e funciona como um canal de ligação entre a informação e o utilizador da informação. Por outro lado, os chamados “estudos de utilizadores” são também eles fulcrais para a construção da *Arquitetura da Informação*, uma vez que é a partir da análise do Comportamento Informacional dos utilizadores, que são determinadas as suas necessidades e posteriormente construídas as plataformas digitais.

Método de trabalho

Há algo inerente a todos os processos de investigação, a Metodologia de Investigação. Neste caso optou-se pelo Método Quadripolar (SILVA, 2014), que como o próprio nome sugere é composto por quatro polos (Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico). São quatro polos interligados, em que cada um deles corresponde a uma distinta fase da investigação.

Assim, no *Polo Epistemológico*, começou por se definir o objeto de estudo, o *Arquivo Professor Barbedo* – um Arquivo Pessoal, que não corresponde totalmente à aceção tradicional do termo, uma vez que apenas integra informação produzida ou reunida pelo Professor Doutor António Pinto Barbedo de Magalhães – com um objetivo político muito específico, lutar pela autodeterminação e independência de Timor-Leste.

Numa segunda etapa, no *Polo Teórico*, procedeu-se ao levantamento do estado da arte. A primeira tentativa de organização deste arquivo decorreu em 2007, por Milena Carvalho, refletida na sua dissertação de mestrado (CARVALHO, 2007), com a proposta de um modelo concetual, tendo sido nesse âmbito realizado um recenseamento dos documentos relacionados com as cinco primeiras Jornadas de Timor da Universidade do Porto. Outros arquivos existem que disponibilizam informação relativa a Timor-Leste: Fundação Mário Soares, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Instituto Diplomático, Arquivo Histórico Ultramarino, RTP, RDP, Agência LUSA, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Arquivo da Resistência Timorense, Biblioteca e Arquivo Nacional de Timor-Leste, Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação de Timor-Leste, Espaço por Timor e Clearing House for Archival Records on Timor³. Através do Clearing House for Archival Records on Timor, é possível aceder a um arquivo bastante interessante que resulta de informação relativa a Timor-Leste, produzida e reunida pelo Senador Australiano Gordon McIntosh, a “McIntosh Collection” (<http://chart-digital.info/mgd-browse>). Existem também algumas obras incontornáveis relativas ao fenómeno infocomunicacional, assim como à preservação e ao acesso à informação nos arquivos: *O Acesso à Informação nos Arquivos* (RIBEIRO, 2003), *Preservmap: um roteiro da preservação digital* (PINTO, 2010), *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico* (SILVA, 2006b), *Os Arquivos e o acesso global à informação* (SILVA, 2006a), *Informação e Comunicação: as duas faces de Jano* (SILVA, 2006c), *Formação, perfil e competências do profissional da informação*

³ Todos esses Arquivos têm um carácter Institucional/ Empresarial, e apenas o Arquivo Professor Barbedo é um Arquivo Pessoal.

(SILVA e RIBEIRO, 2004) e *Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo* (SILVA, 2004).

No *Polo Técnico*, buscou-se a construção de uma estrutura que espelhe as etapas da luta encabeçada pelo Professor Barbedo de Magalhães durante o processo de autodeterminação e independência do povo timorense. Fazendo uma primeira análise aos documentos compostos e partindo da já mencionada definição de *estrutura e arquitetura da informação*, foi criada uma estrutura temático/funcional. Feito um primeiro esboço da estrutura⁴, seguiu-se uma descrição pormenorizada dos documentos compostos, a separação de documentos duplicados, a distribuição dos documentos compostos pela estrutura, introdução no programa GISA, criação dos pontos de acesso, e separação dos documentos replicados. Procedeu-se ainda ao acondicionamento dos documentos em caixas *acid free* e à colocação das respetivas caixas em estantes compactas. À medida que se avançava com a descrição dos documentos foram surgindo algumas (embora pequenas), alterações estruturais. Foi também neste polo que surgiram as dificuldades de caráter mais prático, começando pelos documentos duplicados (alguns dispersos por diferentes secções), existiam também documentos com diversas versões (que foram descritos e enumerados cronologicamente). Tratando-se de um elevado número de documentos compostos, a descrição nem sempre foi fácil. Várias foram também as situações em que surgiram dificuldades na determinação de dados de documentos, dificuldades essas que foram ultrapassadas através da consulta ao Professor Doutor António Pinto Barbedo de Magalhães.

No *Polo Morfológico*, que por sua vez corresponde à última etapa, procedeu-se à apresentação e disponibilização *online* dos resultados.

Resultados obtidos

O trabalho desenvolvido resultou na criação de uma estrutura de índole temático/funcional, composta por dezassete secções, quatro subsecções, vinte e cinco séries, trinta e uma subséries. Até à data, estão descritos mil seiscientos e trinta e seis documentos compostos, acondicionados em oitocentas caixas em material *acid free*, o que corresponde a uma dimensão de cerca de 110 metros lineares.

Foram ainda criados e inseridos três mil e quinhentos termos de indexação (pontos de acesso) com o objetivo de facilitar o acesso à informação.

Os metadados dos documentos descritos estão já disponibilizados *online* através da plataforma de gestão arquivística GISA, que pode ser consultada em <http://gisaweb.fe.up.pt/creators/52217/>.

⁴ É muito importante referir que o arquivo estava já parcialmente inventariado pelo Dr. Luís Pinto, a quem muito se agradece.

Figura 1 – Acondicionamento dos documentos



Figura 2 – Exemplo de uma unidade física de instalação



Considerações finais

Trata-se de um Arquivo Pessoal⁵, constituído por três entidades produtoras de informação, o Professor Barbedo de Magalhães, o Deputado Raúl de Brito e a Comunidade Paroquial de Mozelos. A informação foi produzida e recolhida por essas entidades com objetivos políticos que conduzissem à autodeterminação e independência do território de Timor-Leste.

O Arquivo Professor Barbedo é um Sistema Organizado ou Operatório, fechado e dinâmico (uma vez que as datas limite da informação reunida estão localizadas entre 1974 e 2007).

⁵ Embora não o seja no sentido mais tradicional do termo, uma vez que apenas contém informação relacionada com o processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste e a informação reunida foi sendo condicionada pela prossecução de objetivos políticos, o que conduziu a uma estrutura de índole temático/funcional.

As entidades produtoras foram descritas segundo a Norma Internacional para Registos de Autoridade Arquivística (ISAAR CPF).

Considerando que as atividades desenvolvidas pelo movimento de solidariedade encabeçado pelo Professor Barbedo de Magalhães estavam dependentes dos acontecimentos que se iam desenvolvendo em Timor-Leste, na Indonésia e no campo internacional, optou-se por uma estrutura de índole temático/funcional, que reflete a lógica da produção e reunião da informação, de acordo com a prossecução dos objetivos políticos.

Estando já descritos e acondicionados mil seiscentos e trinta e seis documentos compostos, falta concluir a descrição dos documentos em suporte áudio, em película e audiovisual, proceder à conversão dos documentos para suporte digital e promover uma rede de cooperação com arquivos similares existentes em Portugal e no estrangeiro. Falta também proceder à digitalização dos documentos a fim de facilitar o acesso e a difusão da informação, estreitar relações com o Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, promovendo o apoio a alunos e a investigadores e estabelecer uma rede de cooperação com arquivos similares a um nível nacional e internacional.

Para além do GISA e do Catálogo da Biblioteca, o conjunto documental pode ser consultado em: <https://biblioteca.fe.up.pt/apb/>.

Agradecimentos

Agradece-se à Fundação Calouste Gulbenkian, cujo apoio financeiro permitiu o tratamento deste arquivo; ao Professor Doutor António Pinto Barbedo de Magalhães pela informação reunida, generosidade, ensinamentos, disponibilidade e pelo exemplo de solidariedade e perseverança; ao Dr. Luís Pinto pelo enorme empenho e dedicação; à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e ao Serviço de Documentação e Informação da mesma Faculdade, nas pessoas do Dr. Luís Miguel Costa (Diretor do Serviço) e do Dr. Jorge Pópulo (Diretor do Arquivo), pela orientação, pelos sábios conselhos e pelo acompanhamento.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA LUSA

[201-] *Agência Lusa*. [Em linha. 201-]. [Consult. 22 mar. 2017].

Disponível em: http://www.lusa.pt/products.aspx?page=product_details&prd=11.

ARQUIVO HISTÓRICO-ULTRAMARINO

[201-] *Arquivo Histórico Ultramarino*. [Em linha. 201-]. [Consult. 22 out. 2017].

Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=100>.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

[201-] *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. [Em linha. 201-]. [Consult. 22 out. 2017].

Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/>.

ARQUIVO DA RESISTÊNCIA TIMORENSE

[20--] *Arquivo da Resistência Timorenses*. [Em linha, 20--]. [Consult. 22 out. 2017].
Disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_26.

BIBLIOTECA E ARQUIVO NACIONAL DE TIMOR-LESTE

[20--] *Biblioteca e Arquivo Nacional de Timor-Leste*. [Em linha, 20--]. [Consult. 22 out. 2017].
Disponível em: <http://www.cultura.gov.tl/pt/instituicao/projectos/biblioteca-nacional-e-arquivo-de-timor-leste>.

CARVALHO, Milena C. L.

2007 *Estudo de caso: organização da informação do Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães: aplicação do modelo sistémico*. 2007.
Dissertação de mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciências da Informação, apresentada à Universidade de Évora.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMÍLCAR CABRAL

[20--] *Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral*. [Em linha, 20--]. [Consult. 22 out. 2017].
Disponível em: <https://www.cidac.pt/>.

CLEARING HOUSE FOR ARCHIVAL RECORDS ON TIMOR

[20--] *Clearing House for Archival Records on Timor*. [Em linha, 20--]. [Consult. 22 out. 2017].
Disponível em: <https://timorarchives.wordpress.com/>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS

2004 *Norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS

2002 *Norma geral internacional de descrição arquivística*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002.

INSTITUTO DIPLOMÁTICO. Arquivo Histórico

1987 *Arquivo Histórico, Instituto Diplomático*. [Em linha]. 1987. [Consult. 22 out. 2017].
Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/oarquivo.html>.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo

2010 *PRESEVMAP: um roteiro da preservação digital*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.MEDIA, 2010.

RIBEIRO, Fernanda

2003 *O Acesso à informação nos arquivos*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. 2 vol.

RTP ARQUIVOS

[20--] *RTP Arquivos*. [Em linha, 20--]. [Consult. em 22 out. 2017].
Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/>.

SILVA, Armando Malheiro da

2016 Arquitetura da Informação e Ciência da Informação: notas de (re)leitura à luz do paradigma pós-custodial, informacional e científico. *Prisma.com: revista de ciências e tecnologias de informação e comunicação*. [Em linha]. 32 (2016) 62-104. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2214>.

SILVA, Armando Malheiro da

2015 Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*. [Em linha]. 1 (2015) 103-124. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1482>.

SILVA, Armando Malheiro da

2014 O Método quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com: revista de ciências e tecnologias de informação e comunicação*. [Em linha]. 26 (2014) 27-44. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/issue/view/141>.

SILVA, Armando Malheiro da

2006a Os Arquivos e o acesso global à informação. *Forum*. 41 (2006) 219-257.

SILVA, Armando Malheiro da

2006b *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da

2006c Informação e Comunicação: as duas faces de Jano. *Prisma.com: revista de ciências e tecnologias de informação e comunicação*. [Em linha]. 2 (2006) 3-32. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2134>.

SILVA, Armando Malheiro da

2004 Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. 3 (2004) 55-84.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda

2004 *Formação, perfil e competências do profissional da informação*. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8º, Estoril, 2004 – *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão: actas*. [CD-ROM]. Versão em Word para Windows XP. Lisboa : BAD, 2004.

Archives in Liquid Times. Ed. by Frans Smit, Arnoud Glaudemans, Rienk Jonker. 's-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2017. ISBN 978-90-71251-45-0. 326 p.

Archives in Liquid Times. Ed. by Frans Smit, Arnoud Glaudemans, Rienk Jonker. 's-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2017. ISBN 978-90-71251-45-0. 326 p.

Fernanda Ribeiro

Com o sugestivo título *Archives in liquid times*, esta obra recentemente publicada apresenta-se como o resultado de um trabalho coletivo de cerca de dezena e meia de autores, que procuram refletir sobre os arquivos na atualidade. Considerando os arquivos como um produto social, os coordenadores da obra escolheram o seu título inspirando-se na metáfora do sociólogo Zygmunt Bauman, que caracterizou a sociedade atual como um tempo “líquido”, querendo com isso significar que vivemos numa dinâmica social imparável, que põe em causa todos os fundamentos, e que dificilmente nos conseguimos aperceber das mudanças dada a velocidade a que ocorrem e porque estamos diretamente implicados nelas, sem distância crítica para as analisar.

No Prefácio do livro, da autoria de Eric Ketelaar, é significativamente colocada a ênfase na importância da investigação para o desenvolvimento da Arquivística. Ketelaar chega mesmo a defender que “research in archivistics (or archival science) would save the archival profession” e, por isso, valoriza esta obra como um exemplo do que é relevante em termos teóricos, metodológicos e aplicados, não deixando de trazer contributos interdisciplinares de outras ciências e de dar igualmente contributos para outras disciplinas, num cruzamento biunívoco de saberes e potenciando assim olhares para além das próprias fronteiras da Arquivística, que cada vez mais não pode manter-se fechada no seu próprio discurso. Mas apesar da valorização da investigação, que é tão enfatizada, os diversos capítulos da obra não discutem de um ponto de vista epistemológico os fundamentos da Arquivística, nem seria muito razoável que o fizessem pelo facto de estarmos a falar de uma disciplina aplicada, que se traduz essencialmente num prática profissional e, como tal, teria de recorrer a uma fundamentação científica para além desse mesma atividade prática. Esta questão não é sequer colocada pelos autores da obra nos seus vários capítulos. A tónica é posta nos novos desafios sociais que a profissão tem de enfrentar, designadamente por via da revolução digital e, em face dessas mudanças sociais, considera-se na introdução que “the basis of recordkeeping in the analogue world have lost their central place”. E, ainda na introdução, afirma-se que as tentativas “to create a new paradigm or a new overall concept on archives in the digital information society have not yet been convincing”. Estas afirmações levam-nos a perguntar: se se defende que a Arquivística é considerada uma ciência e se considera que todos os seus fundamentos estão a mudar, será que então esta área tem mesmo uma base científica? Uma ciência consolidada pode ter de rever teorias, pode ter de reformular hipóteses de trabalho, mas permanece estável nos seus fundamentos, no seu objeto e no seu método. Por que razão isto não é válido para a Arquivística e a disciplina tem de seguir “os tempos líquidos” como se preconiza nesta obra?

Apesar do défice de problematização em termos epistemológicos, as diferentes abordagens que os diversos autores trazem para debate nesta obra focam-se em aspetos interessantes que justificam a leitura da mesma. Os dois primeiros capítulos, da autoria de Geert-Jan van

Bussel centram-se quer numa visão geral sobre teorias e fundamentos filosóficos, quer num enquadramento teórico para os arquivos no contexto organizacional. Conceitos como o valor da informação e o “records continuum” são tratados com especial atenção.

Rienk Jonker, um dos coordenadores da obra, desenvolve um terceiro capítulo em que conceitos de Luciano Floridi são discutidos em relação com conceitos arquivísticos, aproximando, portanto, os arquivos do mundo da informação.

Uma outra abordagem teórica e filosófica é desenvolvida por Geoffrey Yeo, considerando igualmente a noção de informação como essencial, já que para este autor os arquivos têm um papel social e informacional. A questão da informação é, pois, um elemento incontornável na teorização desenvolvida.

Arnoud Glaudemans e Jacco Verburgt discutem sobretudo a transição do analógico para o digital à luz das posições de autores como Jacques Derrida ou Vilém Flusser.

Os dois capítulos seguintes são de autoria de Wolfgang Ernst. Um deles recorre a Michel Foucault para discutir a memória, a mudança cultural e a tradição, e o outro aborda a questão dos arquivos audiovisuais.

O conceito de “contexto”, numa abordagem semiótica, é trabalhado por Fiorella Foscarini e Juan Ilerbaig, sendo o contexto social de criação dos arquivos a questão central neste capítulo.

A problemática da avaliação (*appraisal*) tem sido nas últimas décadas um tema de eleição para os arquivistas. Nesta obra, Charles Jeurgens aborda esta temática, naturalmente no contexto da “era digital”, com todas as implicações que daí decorrem.

A componente da representação da informação é algo que também não poderia deixar de estar presente numa obra deste teor, que procura abarcar os arquivos em todas as suas dimensões. Anne Gilliland é responsável por um capítulo sobre metadados e normalização, não deixando de colocar questões de caráter ético.

Segue-se um outro tema forte da Arquivística – o conceito de “proveniência”. O capítulo é da autoria de Giovanni Michetti e procura repensar a noção de proveniência no contexto da informação digital e entendendo este conceito como uma rede de relações entre objetos, agentes e funções.

Igualmente crucial é o conceito de “autenticidade”, objeto de discussão no capítulo assinado por Frans Smit, um dos coordenadores da obra. O tema é igualmente repensado no contexto do ambiente digital.

Martijn van Otterlo desenvolve um outro capítulo sobre ética da informação. Foca-se também nos arquivos digitais e na perspectiva da *data science*, discutindo a questão dos códigos de conduta em face dos novos desafios que o digital coloca.

A finalizar, o livro inclui entrevistas com Eric Ketelaar e com Luciano Floridi, que dão as suas opiniões sobre a(s) temática(s) desta obra, problematizando o futuro dos arquivos e o papel dos profissionais da informação no mundo digital.

Esta resenha muito breve dos variados capítulos do livro permite-nos perceber que as temáticas centrais da Arquivística tradicional estão todas presentes e é-lhes reconhecida

uma importância não menos significativa do que tem sido considerado nas últimas três ou quatro décadas. Os temas fortes são todos objeto de discussão, mas o que torna a obra interessante é que as abordagens são todas feitas à luz de uma nova realidade social – a era digital – que é já um contexto incontornável e que não pára de evoluir de forma acelerada. As temáticas tradicionais são, portanto, repensadas, (re)teorizadas e sujeitas a abordagens que convocam contributos de outras disciplinas e visões pós-modernas típicas dos “tempos líquidos”. São textos diferentes daquilo a que estamos habituados em matéria de arquivos e arquivística, que traduzem um pensamento inovador e que produzem reflexões desafiantes. Podemos questionar se há nesta obra contributos válidos e consistentes para o avanço do conhecimento científico, dada a ausência de discussão epistemológica que já antes referimos, mas em todo o caso há matéria que suscita debate e que coloca questões e, só por isso, vale a pena dedicarmos algum tempo à sua leitura.

Fernanda Ribeiro | fribeiro@letras.up.pt

Universidade do Porto – Faculdade de Letras / CIC. Digital (Porto)